

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2019

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2019 foi marcado pela consolidação dos resultados positivos da Cesan (Companhia Espírito-santense de Saneamento). Nossa receita operacional foi 7,2% superior à registrada em 2018 e 1,6% acima do valor planejado. O lucro líquido foi de R\$ 192,7 milhões, um acréscimo de 0,5% em relação ao exercício de 2018 (R\$ 191,8 milhões), demonstrando que a companhia mantém uma gestão voltada para geração de resultados positivos, agregando valor ao seu patrimônio, de seus acionistas e da sociedade.

Renovamos 17 concessões dos 52 municípios atendidos pela companhia, totalizando 40 renovações contratuais, incluindo a Capital do Estado, Vitória. Firmamos contrato de programa com a cidade de Aracruz para atender à orla do município com serviços de abastecimento de água e coleta e tratamento do esgoto, expandindo a nossa atuação para 53 municípios capixabas. Com investimentos da ordem de R\$ 245,2 milhões, aumentamos a infraestrutura existente e a qualidade dos serviços prestados, aprofundando uma gestão responsável, pautada por resultados em prol da perenidade da empresa e atenta ao novo marco regulatório do saneamento, que está em tramitação no Congresso Nacional.

O Programa de Gestão Integrada das Águas e da Paisagem foi reestruturado e alavancado em 2019, garantindo o financiamento junto ao Banco Mundial (Bird) de US\$ 323 milhões em obras estruturantes de saneamento básico, ratificando o compromisso do Governo do Espírito Santo com o desenvolvimento social, ambiental e de saúde pública com a população capixaba. Destaca-se a capacidade técnica da equipe de profissionais da companhia que, ao assumir a coordenação e o suporte técnico e de gestão do Programa em 2019, propôs sua reestruturação, repactuou prazos e metas e, com notado empenho, assegurou a permanência do recurso financeiro. O maior plano ambiental do Estado vai beneficiar cerca de 1,7 milhão de habitantes e encerrou o ano em plena execução com diversas obras no interior do Estado, em municípios que integram as regiões do Caparaó e Serrana. Outra marca importante foi a assinatura dos contratos na modalidade *Turnkey*¹ para as obras dos sistemas de esgotamento sanitário em 23 bairros de Cariacica e Viana, municípios da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), onde serão aplicados R\$ 180 milhões. Os projetos foram iniciados e as obras têm previsão de início no primeiro semestre de 2020. Ressalta-se, ainda, a autorização do Banco Mundial para sequenciar o processo licitatório para contratar as obras para a cidade de Vila Velha, também localizada na Região Metropolitana. Esse é o maior empreendimento previsto no Programa e beneficiará mais de 115 mil moradores. A previsão é que a contratação seja concluída em 2020.

Mais um avanço que atesta a performance da companhia refere-se à Barragem dos Imigrantes. O empreendimento é o maior projeto voltado para a segurança hídrica do Espírito Santo, com capacidade de armazenamento de 23 bilhões de litros de água e um investimento na ordem de R\$ 96 milhões. Este projeto tem uma carga administrativa de alta complexidade e, em 2019, deu um salto significativo. Das 89 áreas a serem desapropriadas, 72 foram liberadas para realização da obra, as outras 17 estão sendo tratadas em âmbito judicial. Na fase de desapropriações nas áreas do corpo e alagada, foram aplicados R\$ 5 milhões. Esse cenário viabilizou o requerimento da Licença de Instalação (LI) junto ao Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (Idaf).

O número crescente de sistemas de água e de esgoto confere destaque ao desempenho operacional da empresa. Foram entregues 114 quilômetros (km) de redes e adutoras de água, realizadas 6 mil novas ligações e abastecidos 12 mil novos imóveis. No serviço de esgoto foram entregues 115 km de redes e emissários, 8 mil novas ligações e 16 mil novos imóveis passaram a ser atendidos com coleta e tratamento, ampliando a qualidade dos serviços prestados à população. Ao somar às Parcerias Público-Privadas (PPPs), o avanço torna-se ainda mais expressivo. O município de Serra conta com 87,75% de cobertura no serviço de esgotamento sanitário. Em 2015, quando a PPP foi iniciada, o índice era de 58,10%. Em Vila Velha, a PPP começou em 2017 e, de lá pra cá, a cobertura passou de 58,48% para 62,61%. A meta é chegar a 95% nas duas cidades. O município de Cariacica também vai receber obras da Cesan por meio de PPP que beneficiarão mais de 129 mil pessoas, em 40 bairros. Os trâmites administrativos estão em andamento e o objetivo é que o processo licitatório e a assinatura do contrato aconteçam em

2020. Esses progressos vão ao encontro da visão da companhia de universalizar os serviços de saneamento até 2030 e do objetivo estratégico de ampliar a cobertura e a adesão aos serviços.

Os resultados gerados pela Cesan em 2019 reportam uma agenda que antecipa o atendimento ao Plano Nacional de Saneamento Básico (PlanSAB), que consiste no planejamento integrado para universalização do saneamento básico, incluindo os quatro componentes: abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e drenagem das águas pluviais urbanas, e que possui o horizonte de 20 anos, período de 2014 a 2033. A companhia segue sua rota de crescimento balizada por um planejamento estratégico robusto e moderno, e vai aplicar R\$ 2,2 bilhões em investimentos já aprovados, provenientes de recursos próprios, do Tesouro Estadual através, principalmente, do financiamento com o Banco Mundial e de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), além do Banco do Nordeste (BNB) e da Caixa Econômica Federal (CEF).

À luz das melhores práticas de gestão, revisitamos nossos processos para modernizar a governança e garantir mais agilidade no atendimento e resposta às demandas externas, reduzimos custos, aumentamos a participação no mercado, incrementamos os mecanismos de controle e riscos, e investimos em tecnologia, equipamentos e no aprimoramento profissional dos empregados. Para fortalecer a imagem e reputação da empresa e estreitar o relacionamento com as comunidades onde atuamos, realizamos ações de educação ambiental e o programa de visitas às Estações de Tratamento de Água (ETAs) e Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs). Todos os municípios da área de concessão da companhia foram visitados e mais de cem reuniões foram realizadas junto às comunidades. Também atuamos de forma constante nos comitês de bacias, o que gerou um impacto positivo nas rotinas para licenciamento social.

Seguimos comprometidos com a confiança que nos foi depositada pelos acionistas, empregados, fornecedores, sociedade civil em todas as suas representações e clientes, certos de que o verdadeiro resultado é a transformação que o saneamento faz na vida das pessoas. São quilômetros de redes, elevatórias e estações de tratamento e milhares de pessoas trabalhando conosco empenhadas em alçar o Espírito Santo a um patamar mais elevado no abastecimento de água e na coleta e tratamento de esgoto. Renovamos nosso propósito junto à população capixaba de prestar serviços cada vez mais eficientes, de contribuir para o crescimento do nosso Estado e para o seu desenvolvimento social e ambiental.

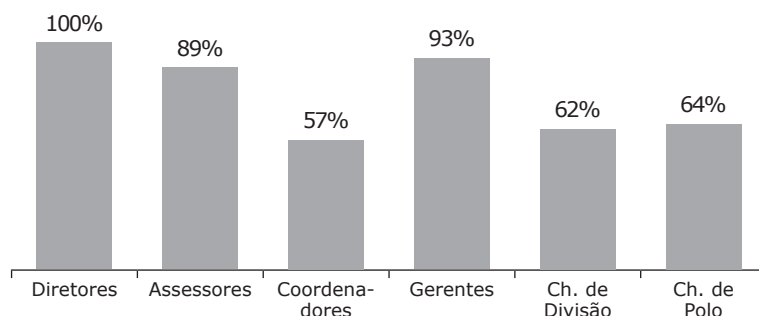
A Administração

1. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Lei Federal 13.303/2016 regulamentou a atividade econômica das empresas públicas e das sociedades de economia mista com regras mais rígidas para licitações e compras, nomeações de Diretores, Presidentes e membros de Conselho de Administração. Logo após a promulgação da Lei, a Cesan estabeleceu sete grupos de trabalho, com 40 profissionais diretamente envolvidos, para adequar a empresa aos padrões de governança. Foram feitas mudanças na estrutura orgânica, processos e códigos para atender à Lei e aos novos padrões exigidos pela sociedade.

No exercício 2019, dando continuidade ao processo de reorganização da Governança Corporativa, a Cesan realizou ajustes na sua estrutura gerencial, adotando medidas para oxigenação da equipe de gestores e aprimoramento de sua profissionalização, que culminou na renovação de grande parte dos cargos de alta e média administração, incluindo diretores, assessores, gerentes, coordenadores e chefes de divisão e polo.

Gráfico 1 – Renovação por cargo²



² Eventuais diferenças nos somatórios das tabelas e dos gráficos são decorrentes de arredondamento.

¹ *Turnkey* ou chave na mão é uma modalidade de aquisição, pública ou privada, na qual o provedor do bem fica obrigado a entregá-lo em condições de uso imediato. As especificações, o preço e o prazo de entrega são definidos no processo de contratação.

COMPANHIA ESPÍRITO-SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

Em 2019 também foram consolidadas várias revisões de instrumentos normativos com o objetivo de desvincular do diretor-presidente e dos demais diretores as funções meramente executivas e os atos relativos à mecânica administrativa, ou que se refiram à simples aplicação de normas estabelecidas.

As revisões realizadas nos instrumentos incluem a alteração de limites e competências para autorizações de despesas e efetivação de contratações; alteração de limites e competências judiciais; e a delegação de competência para assinatura de instrumentos contratuais, efetivação de contratações e autorização de despesas.

Assim, a maior soma possível de competências decisórias foi transmitida aos gestores situados na base da organização, particularmente aquelas em relação aos assuntos rotineiros, de maneira que a autoridade competente para proferir a decisão ou ordenar a ação passou a ser aquela que está no ponto mais próximo ao processo relativo da decisão.

A alteração desses instrumentos trouxe maior eficiência na rotina de trabalho e maior conformidade com as previsões da organização administrativa, redução no quantitativo de assuntos rotineiros nas decisões colegiadas de Diretoria e do Conselho de Administração, aumento da competência para as unidades gerenciais e, conseqüentemente, reservou à Administração o monitoramento e a gestão estratégica da empresa.

Sob o aspecto de gestão de riscos e verificação de cumprimento de obrigações, em 2019 a Cesan contratou uma consultoria específica para realizar uma avaliação do seu ambiente de controle e integridade com o objetivo de examinar as práticas de gestão de riscos e os controles internos e padrões de auditoria adotados pela empresa, a fim de melhorar a estrutura de governança, em consonância com as melhores práticas e a legislação pertinente.

As análises e avaliação final do ambiente de controle foram realizadas com base nos seguintes domínios de integridade: Instrumentos Preventivos, Instrumentos Detectivos, Instrumentos Corretivos, Monitoramento e Efetividade, Treinamento e Comunicação. Como resultado do trabalho foi elaborado um relatório final, entregue e apresentado ao Conselho de Administração, à Diretoria e às demais partes interessadas, destacando as oportunidades de melhoria no Ambiente de Controle e nos Instrumentos de Integridade da Cesan. Em 2020 a Cesan sequenciará as ações de melhoria apresentadas no relatório, de forma a dar continuidade ao trabalho ora iniciado.

Com relação à perspectiva conduta e integridade, em 2019 foi atualizado o Código de Conduta e Integridade da Cesan, em razão da criação do Procedimento Simplificado para aplicação de advertência ou instauração de processo administrativo disciplinar, procedimento esse que tem como objetivo orientar os gestores na apuração de conduta de empregado, além de reduzir a subjetividade e pessoalidade no processo disciplinar.

Com relação ao ano de 2020, será feita a revisão da norma interna que regulamenta o processo de análise e apuração de infração envolvendo empregado da companhia. O procedimento prevê o recebimento de denúncias, que podem ser apresentadas por qualquer pessoa identificada ou anônima, e a apuração conduzida por uma comissão apuradora. Além de ampliar o princípio do contraditório e da ampla defesa do empregado em processo administrativo disciplinar, através de instâncias recursais, por exemplo, o procedimento prevê ainda dentro do processo a manifestação do Conselho de Ética da Cesan.

2. CONCESSÕES DE ÁGUA E ESGOTO

As concessões de serviços são um dos principais ativos da Cesan e por isso objeto de especial atenção e acompanhamento pelos gestores. De um total de 52 concessões, 42 estão renovadas, sendo que 17 foram renovadas em 2019, incluindo a Capital do Estado, Vitória, além da assinatura de contrato de programa com a cidade de Aracruz para atender à orla do município com serviços de abastecimento de água e coleta e tratamento do esgoto, expandindo a nossa atuação para 53 municípios capixabas. Adicionalmente, a companhia pretende obter a renovação das demais concessões ao longo de 2020.

Nos municípios atendidos na área de concessão, o serviço de abastecimento com água tratada está universalizado para a população das áreas urbanas. Contudo, no segmento de coleta e tratamento do esgoto, a empresa já atende a 66% das famílias em sua área de concessão e pretende ampliar os serviços até atingir a meta de universalização com os investimentos com recursos próprios e captados, além do apoio estratégico das PPPs.

3. RESPONSABILIDADE SOCIAL

Muito além de atender às exigências legais relativas ao abastecimento de água e de coleta/tratamento de esgoto, a Cesan busca praticar

uma gestão sustentável, transparente e ética na prestação de serviços e no relacionamento com os seus públicos, garantindo que o cliente seja atendido com segurança, regularidade e quantidade necessária, promovendo a saúde da comunidade e, ao mesmo tempo, preservando o meio ambiente.

A construção da Barragem dos Imigrantes, no Rio Jucu, é um exemplo de iniciativa orientada para garantir a segurança hídrica regional, especialmente na época de seca, cujo resultado será a adição de um grande reservatório com capacidade para armazenagem de aproximadamente 23 bilhões de litros de água para abastecer a Região Metropolitana da Grande Vitória. A previsão é que a obra, que já tem contrato assinado, esteja concluída em 2024.

Além de iniciativas para assegurar o atendimento regular à população, como é o caso da Barragem dos Imigrantes, a Cesan possui programas de grande impacto na qualidade de vida das comunidades mais afastadas das grandes concentrações urbanas e/ou com baixa renda. Citamos alguns a seguir.

3.1. Saneamento em pequenas propriedades rurais – Programa Pró-Rural

O Pró-Rural é um programa especial criado em 1991 para atender às comunidades de pequeno porte na elaboração de projetos e execução de obras de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário. A Cesan custeia levantamentos, visitas, capacitações e elaboração de projetos, além de contratar e fiscalizar as obras, com recursos próprios e/ou diretos do Governo do Estado. Obras também são executadas pelas prefeituras municipais, através de recursos federais não onerosos, a partir de projetos elaborados pelo Pró-Rural.

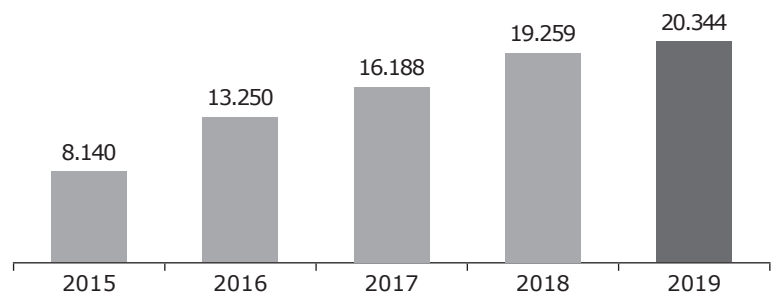
Em 2019 foram elaborados seis projetos de sistemas de água, beneficiando as comunidades de Baixo São Sebastião/Belém em Santa Maria de Jetibá, Alto São José em Atílio Vivacqua, Jaboticaba e Andana em Guarapari, Nove Horas em Santa Leopoldina e Santa Clara em Ibatiba. Estão em desenvolvimento seis projetos de água para as localidades de Barra de Mangarai e Ribeiro Limpo em Santa Leopoldina, Joassuba em Ecoporanga, São Jorge em Brejetuba, Assentamentos Nova Vitória e Onze de Agosto em Pinheiros, e Várzea Nova em Guarapari, e três projetos de esgotamento sanitário para as localidades de Barra de Mangarai em Santa Leopoldina, Km20 em Boa Esperança e Água Claras em Água Branca. No total, 12 projetos de água e três de esgotamento sanitário, que irão beneficiar 17 comunidades em 11 municípios.

Foram realizadas em 2019 obras de melhorias no sistema de água existente na localidade de Cedrolândia (Nova Venécia), de implantação de novo sistema de água na Comunidade Rural de São Raimundo de Pedra Menina (Dores do Rio Preto), que passou a ser operado pela Cesan, e de abastecimento de água das Vilas Madalena, Cedro e Amizade a partir do sistema existente na sede municipal (Brejetuba), totalizando um investimento de R\$ 4,2 milhões.

3.2. Tarifa Social

A tarifa social é um benefício que concede até 60% de desconto sobre as tarifas de água e esgoto para clientes de baixa renda inscritos nos programas sociais Bolsa Família, Bolsa Capixaba, Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) e Minha Casa Minha Vida - Faixa I. Em 2019, 1.085 novas famílias passaram a ser beneficiadas pela tarifa social, gerando uma receita de serviços de água e de esgoto de R\$ 8,4 milhões e um desconto estimado de R\$ 8,7 milhões em relação à tarifa residencial.

Gráfico 2 – Imóveis beneficiados com tarifa social (nº)



3.3. Subvenção

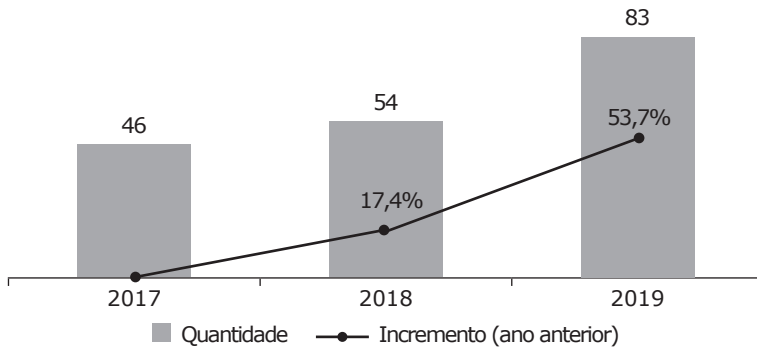
A subvenção de tarifa em 2019 teve um crescimento de 53,7% em comparação a 2018, sinalizando a eficiência das iniciativas da companhia na concessão do benefício a entidades filantrópicas e/ou unidades

COMPANHIA ESPÍRITO-SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

executivas. Conforme a Lei 12.101 de 27/11/2009, enquadram-se instituições que promovam, gratuitamente, e em caráter exclusivo, ações cujos objetivos preponderantes e permanentes sejam a saúde pública, o amparo e atendimento a crianças, adolescentes e idosos carentes, e a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de necessidades especiais, extensivo a todos os cidadãos. O desconto aplicado é de 50% no consumo calculado com base no consumo médio dos 12 meses anteriores à solicitação, sendo concedidos R\$ 403,7 mil em desconto em 2019.

Gráfico 3 – Subvenção de tarifas



4. MEIO AMBIENTE, RELACIONAMENTO COM COMUNIDADES E CONTROLE DA QUALIDADE

4.1. Gestão ambiental

A gestão ambiental na Cesan contempla ações para regularização ambiental das unidades operacionais em todas as suas fases, com o objetivo de adequar as atividades da Cesan às legislações de meio ambiente, recursos hídricos, resíduos e uso e ocupação do solo. Tais ações, além de serem desenvolvidas em conjunto com as demais unidades responsáveis na empresa, envolvem a interlocução com órgãos gestores. Em 2019 foram realizadas 39 reuniões com tais órgãos: Instituto Estadual de Meio Ambiente (Iema), Agência Estadual de Recursos Hídricos (Agerh), Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (Idaf), Agência Reguladora de Serviços Públicos do Espírito Santo (Arsp), e secretarias municipais de meio ambiente para tratamento e encaminhamento das demandas da Cesan.

Um destaque em 2019 foi a aprovação da resolução do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH) 002/2019 em parceria com a Agerh, que estabelece critérios técnicos para outorga de lançamento de efluentes provenientes de empreendimentos de saneamento básico com fins de diluição em corpos de água superficiais no Estado.

A Cesan está presente em todas as 12 grandes regiões hidrográficas do Espírito Santo e tem se mantido atuante como membro dos comitês de bacia constituídos, além de participar ativamente do CERH.

O Programa de Gestão Integrada das Águas e da Paisagem também contribui para a redução da poluição ambiental causada pelo esgotamento sanitário no mar, nas lagoas e nos rios nas áreas de concessão, especialmente na bacia do rio Jucu e região do Caparaó. O programa inclui apoio nas questões sobre desastres ambientais e ainda atua na revitalização de cobertura vegetal e recuperação de bacias hidrográficas, fornecendo apoio técnico aos proprietários locais e sistemas de drenagem em estradas vicinais para evitar o carreamento de sedimentos para os rios.

4.2. Relações com a comunidade e educação ambiental

A Cesan desenvolve diversos programas e projetos voltados para divulgar a importância dos serviços prestados pela empresa, com a finalidade de promover a adesão, o diálogo e a aproximação com a comunidade de forma geral e o uso e a conservação dos sistemas de água e esgoto. O trabalho engloba as frentes: educação ambiental, comunicação social e mobilização comunitária. Existem dois e-mails para interação com a sociedade: educa.ambiental@cesan.com.br e o comunidade@cesan.com.br. Tais programas envolvem visitas monitoradas às estações de tratamento de água e esgoto, abordagens domiciliares, reuniões com lideranças e a comunidade, capacitação em saneamento ambiental, visitas técnicas, atividades nas escolas, sonorização volante, dentre outras ações.

Em 2019 o público atendido foi de aproximadamente 40 mil pessoas. Para estreitar o relacionamento com a sociedade, a companhia deu continuidade à prática de participação em feiras e eventos sociais e ambientais que são fomentados pelo governo estadual, municípios e demais entidades públicas e privadas, bem como parceiros.

Programa Comunicação Social e Mobilização Comunitária

- Comunicação social de obras
- Atendimento a demandas espontâneas das comunidades referentes aos serviços de água e esgoto
- Comunicação de interrupção programada nos sistemas de abastecimento de água via whatsapp
- Encontro com lideranças comunitárias

Programa de Educação Ambiental

- Cesan na escola
- Visitas técnicas monitoradas às ETAs e ETEs
- Unidade móvel de educação ambiental

4.3. Controle da qualidade

A Cesan monitora a eficiência das estações de tratamento de água e esgoto e o seu impacto ambiental. As informações de controle da qualidade são enviadas mensalmente às secretarias municipais de saúde, para abastecer o Sistema Nacional de Informações sobre a Qualidade da Água (Sisáqua).

Qualidade da água: em 2019 a Cesan realizou 9% a mais de coletas de amostras e análises do que a legislação vigente determina. Os resultados são divulgados para a sociedade por meio de relatórios da qualidade da água impressos nas faturas de cobrança e nos relatórios anuais da qualidade da água entregues nos imóveis. As medições são realizadas no manancial, no processo de tratamento, reservação e distribuição da água. Em 2019 foram realizadas 1.581.587 análises na água tratada. A estrutura de controle da qualidade da Cesan conta com 91 laboratórios localizados nas estações de tratamento de água, laboratórios operacionais, e um laboratório central localizado em Cobi, no município de Vila Velha.

Monitoramento do esgoto tratado: nas estações de tratamento de esgoto a Cesan mantém o controle dos efluentes conforme requisitos legais para lançamento em corpos receptores e condicionantes ambientais do licenciamento de cada unidade operacional. Para o monitoramento dos efluentes das estações de tratamento de esgoto em 2019, incluindo o atendimento à legislação vigente, a Cesan realizou 12.208 análises. Para a melhoria do controle operacional, a Cesan realizou ainda outras 14.790 análises de amostras coletadas nos sistemas de esgotamento sanitário. Também foi desenvolvido em 2019 o treinamento de terceirizados nas atividades de coleta e análise para controle da qualidade do tratamento de esgoto em atendimento a condicionantes ambientais. Foi realizado no primeiro semestre um ciclo de treinamento para contratados sobre as coletas e o envio de amostras relacionadas ao monitoramento dos Sistemas de Esgotamento Sanitário (SES) em Nova Venécia, Barra de São Francisco e Castelo. O programa vai ser realizado anualmente com a ampliação do conteúdo que será trabalhado nos próximos treinamentos.

Programa de monitoramento ambiental: em 2019 foi retomada a campanha de monitoramento ambiental dos seguintes sistemas de esgotamento sanitário que fazem parte do pacote de obras do Programa Gestão Integrada das Águas e da Paisagem: Conceição do Castelo, Santa Maria de Jetibá, Santa Leopoldina e Marechal Floriano, além dos da região do Caparaó: Irupi, Iúna, Ibatiba, Divino de São Lourenço e Dores do Rio Preto. O monitoramento nestes sistemas iniciou em 2013.

As análises realizadas (temperatura, pH, *escherichiacoli*, oxigênio dissolvido, nitrogênio total, fósforo total e demanda bioquímica de oxigênio, sólidos totais e turbidez) são as necessárias para o cálculo do Índice de Qualidade da Água (IQA). Neste ano também foram definidos os pontos de monitoramento dos novos sistemas da região de Cariacica e Viana com frequência de monitoramento trimestral e os parâmetros são os mesmos para o cálculo do IQA. Em 2020 este monitoramento ambiental também será ampliado para os demais sistemas que fazem parte do pacote de obras do Programa.

4.4. Programa Se Liga na Rede

Em 2019, o Programa Se Liga na Rede iniciou 30 novas ações. Foram realizadas vistorias, ligação de imóveis com redes não aparentes, cobrança de tarifa por disponibilidade de infraestrutura, entrega de cartas circulares e notificações em parceria com prefeituras e Ministério Público. O conjunto de ações resultou em 880 novas ligações, totalizando 106.619 m³/ano de esgoto que passaram a ser coletados e tratados. Esse volume corresponde a 37 piscinas olímpicas que deixaram de ser lançadas em córregos, rios e lagoas do Espírito Santo, principalmente nos municípios da Região Metropolitana da Grande Vitória.

5. DESEMPENHO OPERACIONAL

O ano de 2019 se caracterizou pela continuidade no esforço de revisão e racionalização de contratos, além de redução de custos em todas as áreas da companhia.

COMPANHIA ESPÍRITO-SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

A companhia também tem estimulado o uso da Metodologia de Análise e Solução de Problemas (Maspp), algo que vem contribuindo para a Cesan enriquecer a discussão sobre medidas que possam ajudar na redução das perdas de água tratada, sejam elas aparentes (consumos submetidos e não autorizados) ou reais (vazamentos). A meta é reduzir as perdas totais de água de 442 litros/ligação/dia em dezembro de 2019 para 429 litros/ligação/dia em dezembro de 2020. Os dados da evolução neste indicador são acompanhados diariamente.

5.1. Sistema de abastecimento de água

No exercício 2019, a Cesan ampliou seu sistema de fornecimento de água, adicionando 114 km de redes e adutoras, com 6 mil novas ligações, e abastecimento a 12 mil novos imóveis.

Em 2019, a Cesan abasteceu 2,4 milhões de pessoas com água tratada. Obras de expansão dos sistemas de abastecimento de água vêm acompanhando o crescimento da população.

Gráfico 4 – População urbana abastecida (hab.)

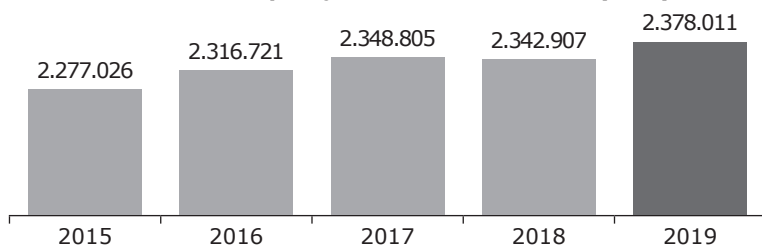


Gráfico 5 – Volume de água produzida (m³)

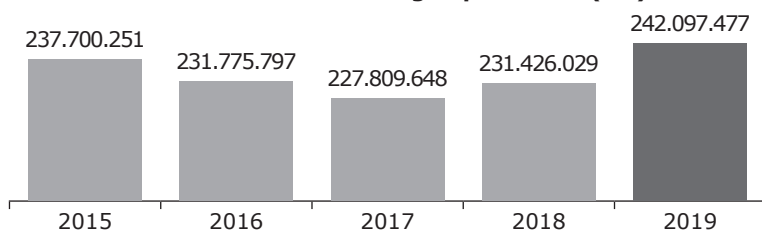
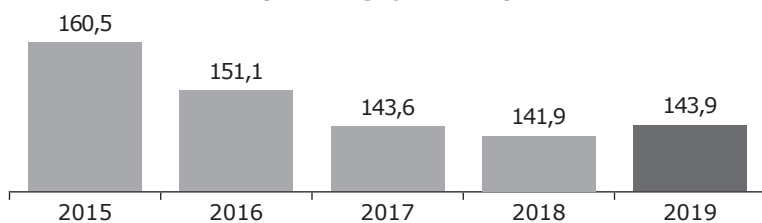


Gráfico 6 – Vazamentos totais acumulados (1.000 ligações/ano)



5.2. Sistemas de esgoto sanitário

Nos serviços de esgoto, a Cesan adicionou 115 km de redes e emissários ao seu sistema em 2019, com 8 mil novas ligações e 16 mil novos imóveis atendidos pela rede de coleta e tratamento.

Gráfico 7 – Imóveis ativos de esgoto (unidades)

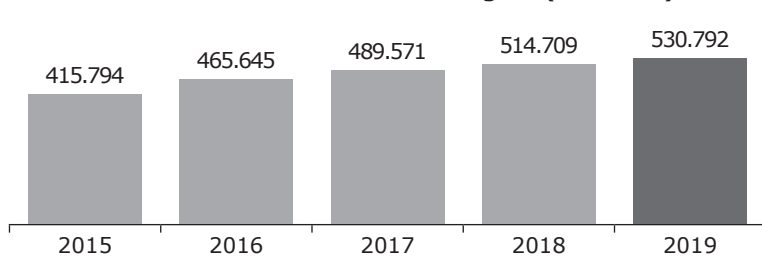


Gráfico 8 – População urbana coberta com serviços de esgotamento sanitário (hab.)

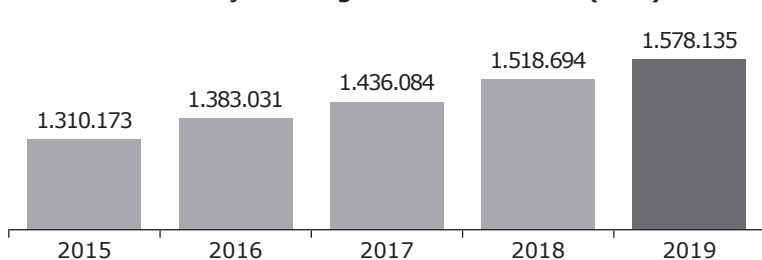
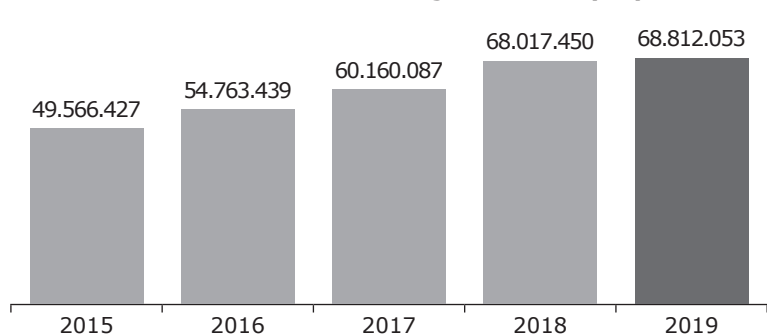


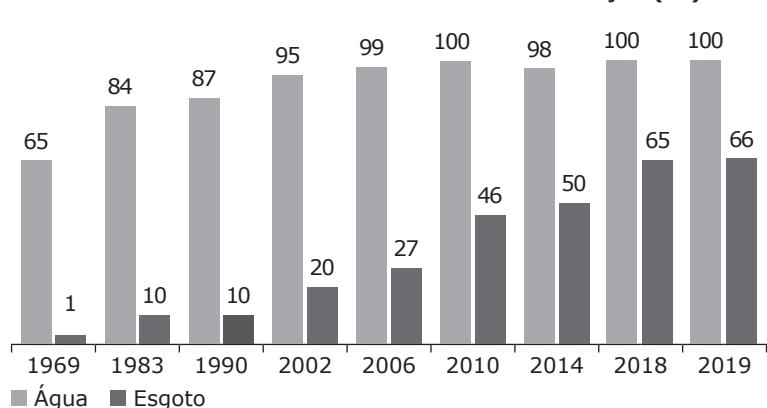
Gráfico 9 – Volume de esgoto tratado (m³)



As obras para ampliação do serviço de coleta e tratamento de esgotos, que implicam na construção de 617 km de redes coletoras e outras previstas para nove municípios do interior e ainda os de Cariacica e Vila Velha, irão evitar que 16,4 bilhões de litros de esgotos sejam despejados sem tratamento nas bacias hidrográficas da região, com prazo estimado de conclusão em 2025, visando à universalização.

Abaixo o gráfico histórico com os índices de cobertura dos serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto.

Gráfico 10 – Índices de coberturas dos serviços (%)



Os novos sistemas entregues, assim como os esforços para redução de perdas, impactaram positivamente o resultado econômico-financeiro de 2019 da companhia.

6. DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO

A Cesan obteve sucesso na gestão de suas receitas e arrecadações em 2019, apesar do momento econômico delicado do país. A arrecadação sobre a receita operacional bruta obtida em 2019 foi de R\$ 919,6 milhões (R\$ 853,4 milhões em 2018), um acréscimo de R\$ 66,2 milhões em relação a 2018. A receita operacional bruta foi de R\$ 962,4 milhões (R\$ 898,1 milhões em 2018), um acréscimo de R\$ 64,3 milhões se comparada à do ano anterior, com incremento das contribuições tanto do segmento de água quanto do de esgoto.

Como resultado dos esforços para melhoria de sua gestão, a Cesan é uma empresa que se coloca hoje entre as melhores companhias de saneamento do país, considerando: (a) com menor tempo de investimento; (b) resultado operacional, medido pela margem EBITDA na faixa de 36,7% em 2019, entre os melhores do país; (c) menores percentuais de comprometimento da receita com a folha de pagamento do país (em torno de 20,6%); e (d) capacidade de tomar crédito para investimentos de longo prazo a baixas taxas.

6.1. Receitas

A receita operacional bruta atingiu R\$ 962,4 milhões, em média 7,2% superior aos R\$ 898,1 milhões de 2018. As receitas com os serviços de abastecimento de água aumentaram 6,3% em relação ao exercício de 2018, enquanto as receitas com os serviços de esgotamento sanitário aumentaram 9,3%.

Os principais fatores que influenciaram o aumento nas receitas foram:

- O reajuste tarifário de 4,99% autorizado pela Arsp no mês de agosto, com efeito integral sobre as tarifas a partir de setembro/2019; e
- O incremento no número de economias a partir da entrada em operação de vários sistemas de esgotamento sanitário e crescimento no serviço de abastecimento de água.

COMPANHIA ESPÍRITO-SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

COMPOSIÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>Variação (%)</u>
Serviços de Abastecimento de Água	670.780	631.216	6,3
Serviços de Esgotamento Sanitário	291.647	266.930	9,3
	<u>962.426</u>	<u>898.146</u>	<u>7,2</u>

Gráfico 11 – Receita operacional bruta (R\$ milhões)

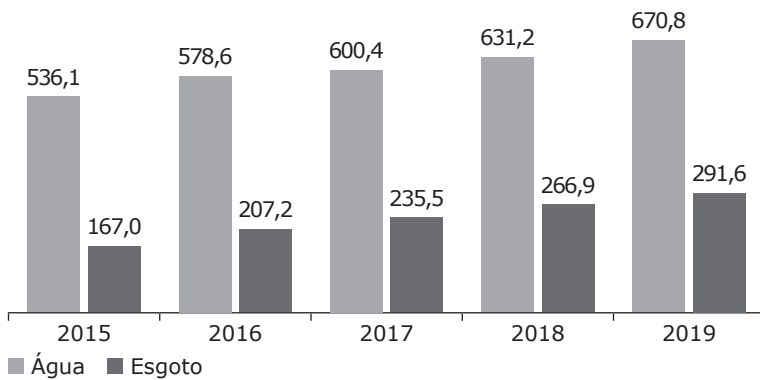


Gráfico 12 – Receita operacional bruta em 2019

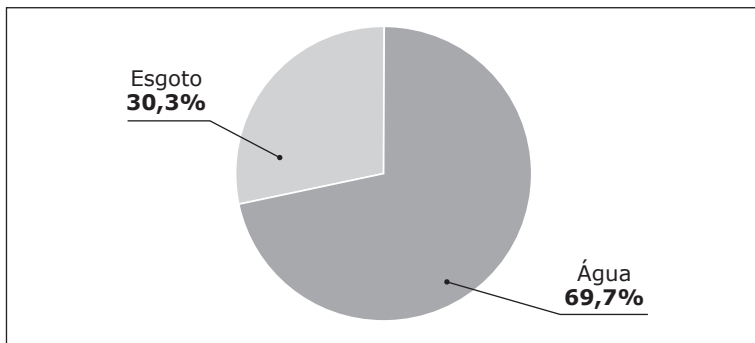


Gráfico 13 – Serviços de abastecimento de água

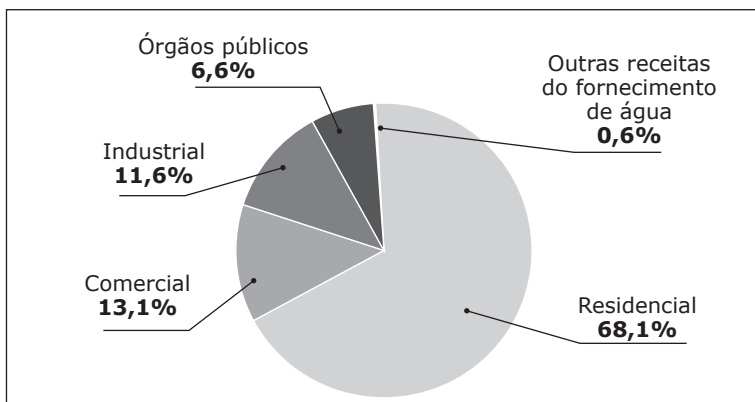
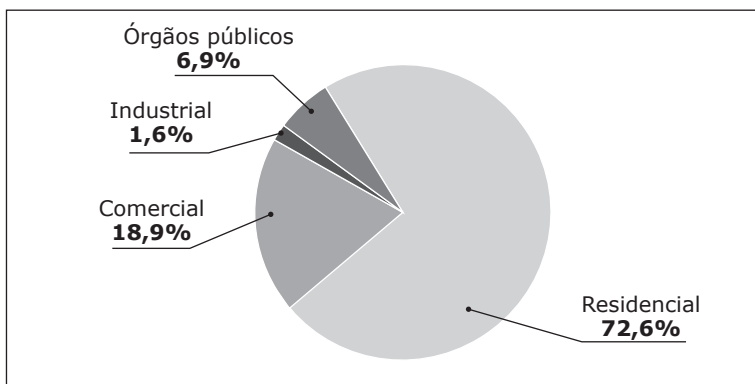


Gráfico 14 – Serviços de esgotamento sanitário



6.2. Custos e despesas

Os custos dos serviços prestados alcançaram R\$ 460,0 milhões contra R\$ 433,4 milhões em relação ao exercício de 2018, um aumento de 6,1%, principalmente pelo aumento das despesas com materiais, serviços de terceiros e energia elétrica, devido a reajustes de contratos e tarifas, bem como a entrada de novos sistemas de abastecimento de água e tratamento de esgoto.

Custo dos serviços prestados

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Despesas com pessoal	(116.936)	(114.099)
Despesas com materiais	(20.564)	(16.969)
Despesas com serv. terceiros	(134.085)	(122.466)
Depreciação/Amortização	(92.397)	(89.337)
Energia Elétrica.....	(96.028)	(90.573)
	<u>(460.010)</u>	<u>(433.444)</u>

Despesas comerciais

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Despesas com pessoal	(22.096)	(21.943)
Despesas com materiais	(95)	(61)
Despesas com serv. terceiros	(39.518)	(34.830)
Perdas no recebimento tarifas.....	(46.423)	(53.821)
Reversão de perdas	47.777	10.570
Outras despesas.....	(889)	(3.786)
	<u>(61.244)</u>	<u>(103.871)</u>

Despesas administrativas

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Despesas com pessoal	(59.412)	(58.780)
Despesas com materiais	(3.533)	(3.370)
Despesas com serv. terceiros	(23.156)	(21.239)
Outras despesas.....	(6.837)	(5.797)
Despesas tributárias	(10.847)	(3.817)
	<u>(103.785)</u>	<u>(93.003)</u>

Outras (despesas)/receitas operacionais líquidas

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Subvenções para investimentos.....	3.927	3.801
Venda de bens do imobilizado	-	1.559
Vistorias e obras encomendadas.....	250	1.191
Pequenas receitas eventuais.....	798	985
Constituição de provisões	(67.396)	(12.222)
Reversão de provisões	7.536	11.662
Custo de bens baixados	(465)	(1.269)
	<u>(55.350)</u>	<u>5.707</u>

As despesas atingiram o valor de R\$ 220,4 milhões em 2019, contra R\$ 191,2 milhões em 2018, representando um aumento de 15,3%, impactadas principalmente pelo reconhecimento neste exercício de provisões de processos judiciais.

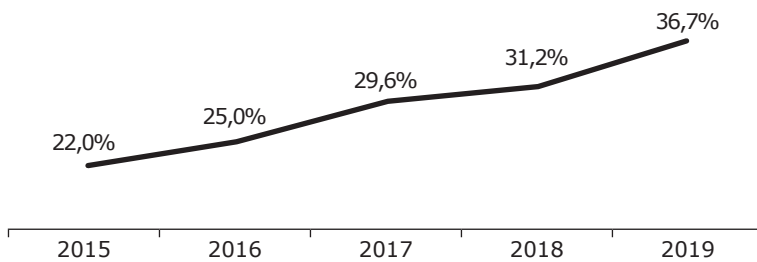
COMPANHIA ESPÍRITO-SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

6.3. EBITDA

A margem EBITDA³ ficou em 36,7% em 2019, contra 31,2% em 2018, um crescimento de 5,5%.

Gráfico 15 – Margem EBITDA



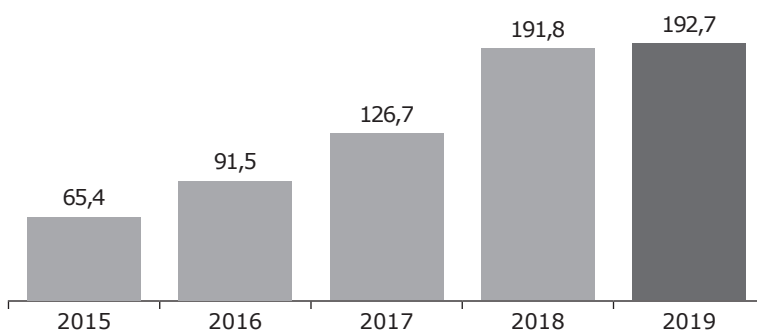
6.4. Resultado

O lucro líquido da Cesan em 2019 foi de R\$ 192,7 milhões (R\$ 191,8 milhões em 2018), totalizando um aumento de 0,5% em relação ao exercício anterior, impactado principalmente pelo reconhecimento de provisões cíveis e trabalhistas de processos judiciais antigos em que houve sentença desfavorável para a companhia durante este exercício. A companhia vem implantando ações administrativas de forma a mitigar riscos de novos processos, bem como buscando acordos judiciais e extrajudiciais para reduzir seu passivo.

COMPOSIÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

	31.12.2019	31.12.2018	Variação (%)
Receita bruta dos serviços	962.426	898.146	7,2
Deduções da receita	(90.879)	(85.032)	6,9
Custo dos serviços prestados	(460.010)	(433.444)	6,1
Despesas comerciais e administrativas	(165.030)	(196.875)	(16,2)
Participações dos empregados.....	(13.166)	(13.083)	0,6
Resultados dos serviços de construção.....	2.747	3.030	(9,3)
(Outras despesas) receitas operacionais líquidas.....	(55.350)	5.708	(1069,8)
Resultado financeiro.....	22.227	23.249	(4,4)
Impostos.....	(10.280)	(9.908)	3,8
	192.686	191.791	0,5

Gráfico 16 – Lucro líquido (R\$ milhões)



Os indicadores econômicos e financeiros demonstram a consolidação dos resultados positivos da Cesan no decorrer dos anos.

³ EBITDA é a sigla em inglês para *Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*. Em português, Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização (também conhecida como LAJIDA).

Indicador	Unidade	Sentido	2015	2016	2017	2018	2019
RESULTADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS							
Margem líquida com depreciação.....	%	▲	9,3	11,6	15,2	21,4	20,0
Liquidez corrente	-	▲	1,3	1,4	1,4	1,6	1,7
Evolução da receita (água + esgoto)	%	▲	3,1	11,8	6,4	7,4	7,2
Receita por ligação ativa (água + esgoto).	R\$	▲	913	979	1.048	1.095	1.153
Composição do endividamento (curto prazo / longo prazo) ...	%	▼	32,4	29,4	31,0	35,9	36,8

6.5. Endividamento e rentabilidade dos ativos

A companhia encerrou o exercício de 2019 com um passivo de R\$ 684,8 milhões (R\$ 633,1 milhões em 31.12.2018), representando um aumento de 8,2%, principalmente pelo reconhecimento de provisões para processos judiciais e do aumento do passivo atuarial.

O índice de endividamento sobre o ativo permaneceu em 19,9% em 2019 (mesmo percentual do ano anterior).

A rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido foi de 7,0% (7,6% em 2018) e sobre os ativos, de 5,6% (6% em 2018).

Gráfico 17 – Endividamento

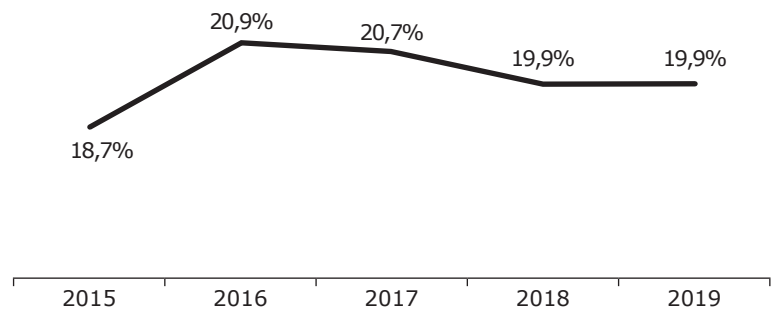
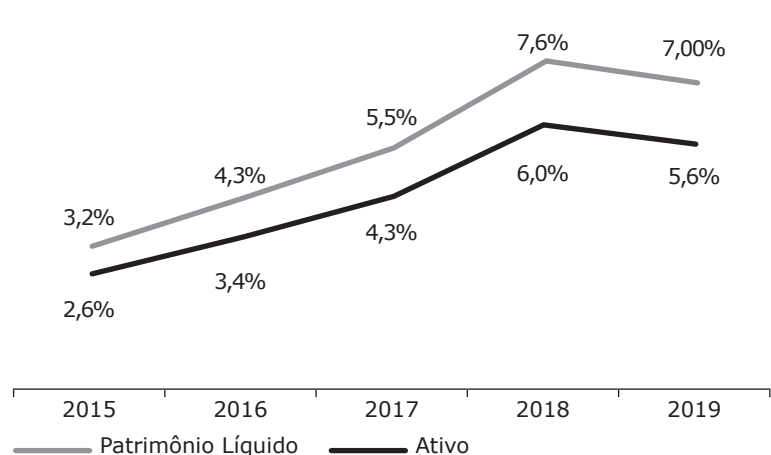


Gráfico 18 – Rentabilidade



6.6. Remuneração aos acionistas

Conforme determina o Estatuto Social, foi apurado o montante de R\$ 47,2 milhões para distribuição sob a forma de dividendos para os acionistas da Cesan. A proposta de distribuição será apresentada para apreciação na Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 2020.

7. INVESTIMENTOS

A Cesan em 2019 investiu R\$ 245,2 milhões, estes alinhados com o Planejamento Estratégico do Governo do Estado do Espírito Santo e o Plano de Desenvolvimento do Espírito Santo 2030, denominado Plano ES-2030, que tem como objetivo universalizar os serviços de saneamento básico no Estado até o final do Plano.

Os investimentos realizados pela Cesan foram destinados da seguinte forma: R\$ 63,2 milhões em obras de melhorias e expansão do abastecimento de água, R\$ 147,9 milhões em obra de melhorias e expansão do serviço

COMPANHIA ESPÍRITO-SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

de coleta e tratamento de esgoto e R\$ 34,1 milhões em desenvolvimento institucional, operacional e aquisições de ativo fixo, que abrangeram 52 municípios e beneficiaram a 2,4 milhões de pessoas com o serviço de abastecimento de água e 1,6 milhão de pessoas com o serviço de coleta e tratamento de esgoto, proporcionando a manutenção da universalização do serviço de abastecimento de água nas áreas atendidas pela Cesan, o aumento da cobertura de esgoto ao ritmo da universalização até 2030 e a melhoria contínua em seus sistemas de gestão para manutenção da qualidade de seus serviços, que são marca dessa companhia há 52 anos.

Para 2020, estão previstos investimentos de R\$ 421,7 milhões, sendo 63% com recursos próprios e o restante aportado por outros financiadores tais como BIRD, BNDES, CEF e BNB.

Gráfico 19 – Investimentos realizados (R\$ milhões)

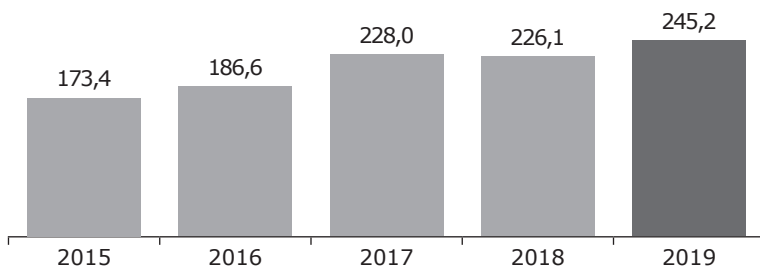
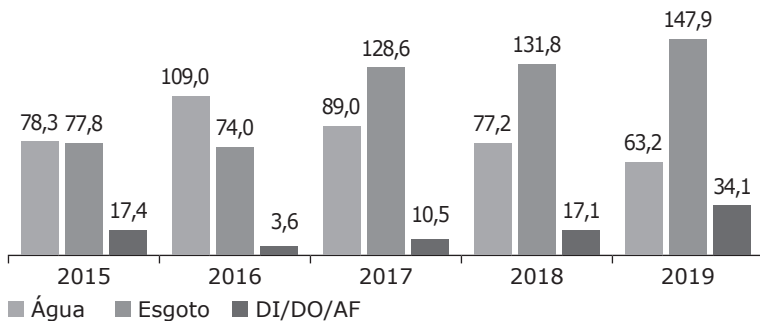


Gráfico 20 – Investimentos realizados – por finalidade (R\$ milhões)



7.1. Sistemas de abastecimento de água

As melhorias e ampliações dos Sistemas de Abastecimento de Água (SAAs) da Cesan beneficiam 2,4 milhões de habitantes. Entre os empreendimentos entregues em 2019, destacam-se as obras de ampliação dos sistemas existentes, que garantem que o abastecimento de água acompanhe o crescimento populacional das cidades atendidas. Entre as regiões beneficiadas com estas obras estão os municípios de Serra (setorização de sistemas e SAA de Cidade Nova da Serra), Cariacica (complementação do sistema de abastecimento Nova Rosa da Penha), Apicá (ampliação do sistema), Ecoporanga (melhorias no sistema de Imburana e Cotaxé), Muqui (complementação do SAA de Morubia), Dorés do Rio Preto (sistema da comunidade de São Raimundo de Pedra Menina) e Nova Venécia (melhorias no SAA de Cedrolândia). Além disso, em 2019 se destacam os investimentos realizados na ampliação do sistema de abastecimento de água de Jacaraípe, no município de Serra, e a Barragem dos Imigrantes, que vai garantir segurança hídrica para a Região Metropolitana da Grande Vitória.

7.2. Sistemas de esgotamento sanitário

As obras para implantação, ampliação e melhoria dos sistemas de esgotamento sanitário beneficiam 1,6 milhão de habitantes. Entre os empreendimentos de destaque em 2019, estão os investimentos na ampliação dos serviços de coleta e tratamento do esgoto através das PPPs nos municípios de Serra e Vila Velha, e na implantação de sistemas de esgotamento sanitário em Cariacica, Santa Maria de Jetibá, Conceição do Castelo, Vila Velha (Ponta da Fruta), Viana, Guarapari (Meaípe, Enseada Azul e Nova Guarapari), Santa Leopoldina e municípios da região do Caparaó. Também são significativos os investimentos realizados pela Cesan na ampliação dos sistemas de esgotamento sanitário existentes, de forma a garantir que o serviço acompanhe o crescimento populacional nas áreas que já são atendidas.

7.3. Parcerias Público-Privada (PPPs)

Diante da meta de atingir a universalização da cobertura com serviços de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto sa-

nitário até o ano de 2030, nas regiões de sua concessão, a Cesan e o Governo do Estado do Espírito Santo desenvolveram estudos para ampliação, operação e manutenção dos sistemas de esgotamento sanitário na Região Metropolitana da Grande Vitória. O estabelecimento de PPPs é uma estratégia da Cesan, cujo objetivo é aumentar a cobertura com serviços de esgotamento sanitário, fazendo com que ocorra a melhoria da qualidade de vida da população e do meio ambiente.

Foram estabelecidas, até o momento, três PPPs que irão reforçar as iniciativas da Cesan na atividade de coleta e tratamento de esgoto, para atendimento aos municípios de Serra e Vila Velha (2015 e 2017, respectivamente) e Cariacica (início previsto para 2020).

Serra: Em 2015 entrou em operação a PPP no município de Serra, na modalidade de concessão administrativa, para ampliação, manutenção e operação do sistema de esgotamento em todo o município. O prazo do contrato de concessão é de 30 anos. O objetivo da PPP é fazer com que Serra tenha sua cobertura elevada para 95% até o ano de 2023. Atualmente, a cobertura de esgoto no município é de 87,75%, com 21 Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs) e 156 Estações Elevatórias de Esgoto Bruto (EEEBs) em operação.

Vila Velha: A concessão administrativa teve início em julho de 2017, para realizar a operação, manutenção e ampliação do sistema de esgotamento sanitário no município, além da inclusão de serviços comerciais, tais como substituição e lacração de hidrômetros, pesquisa de irregularidades, dentre outros. A meta de universalização é de 11 anos com 95% de cobertura dos serviços de coleta e tratamento de esgoto até o ano de 2028. O índice atual é de 62,61%. O prazo do contrato de concessão é de 30 anos.

Cariacica: A concessão, prevista para 2020, se destina ao atendimento de todos os 40 bairros do município de Cariacica, beneficiando 129 mil pessoas com serviços de coleta e tratamento de esgoto. Para atingir a meta de elevar para 95% a cobertura com serviços na região, que atingiu o índice de 48,31% em 2019, está prevista a construção de uma nova ETE Pedreiras, ampliação da ETE Flexal e da ETE Bandeirantes, aumentando a capacidade de tratamento em 700l/s, e construção de 556 km de redes coletoras de esgoto, propiciando 42 mil novas ligações.

7.4. Águas e paisagem

O Governo do Estado do Espírito Santo obteve financiamento do Banco Mundial para investir nos municípios que integram as microrregiões do Caparaó e as bacias hidrográficas dos Rios Jucu e Santa Maria da Vitória, cuja abrangência contempla as principais cidades da Região Metropolitana da Grande Vitória. Ao todo, US\$ 323 milhões serão aplicados no Programa de Gestão Integrada das Águas e da Paisagem, nos meios urbano e rural, com o objetivo de:

- garantir que o acesso à água seja assegurado, no sentido de estar disponível em quantidade e qualidade adequadas para os respectivos usos, bem como salvaguardado para sua utilização pelas futuras gerações;
- ampliar a cobertura de coleta, tratamento e destinação final de esgotos sanitários em municípios das Bacias do Jucu e Santa Maria da Vitória e, na microrregião do Caparaó, em municípios de atuação da Cesan;
- ampliar a cobertura florestal do Estado na microrregião do Caparaó e adjacências e nos municípios das bacias dos rios Jucu e Santa Maria da Vitória;
- institucionalizar e promover boas práticas agrícolas e de construção de estradas vicinais para contribuir para a redução do assoreamento e da poluição dos corpos d'água.

Já estão em andamento as obras nos municípios de Ibatiba, Dorés do Rio Preto, Iúna, Irupi, Conceição do Castelo, Divino de São Lourenço, Marechal Floriano, Santa Leopoldina e Santa Maria de Jetibá.

Destaca-se que os recursos financiados do Programa de Gestão Integrada das Águas e da Paisagem obtidos pelo Estado são aplicados na Cesan como aumento de capital social, permitindo a boa liquidez financeira da companhia e, conseqüentemente, abrindo margem para obtenção de outros financiamentos para ampliar cada vez mais a oferta dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

COMPANHIA ESPÍRITO-SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

Andamento das obras do programa:

Turnkey Cariacica 1 (CT 190/2018): em 2019 foi dado início ao desenvolvimento do estudo de concepção e projeto básico. O mesmo foi concluído para apresentação em janeiro de 2020.

Turnkey Cariacica 2-Viana Bairros (CT 191/2018): durante o ano foi desenvolvido o estudo de concepção e projeto básico, a apresentação foi feita em dezembro de 2019.

Os contratos preveem construção de redes e elevatórias necessárias para atendimento com ligações de esgoto para 10.429 novos imóveis em Cariacica e 3.070 em Viana. A execução das obras será por sub-bacia, o que vai permitir o início da operação imediatamente após a conclusão da implantação das redes coletoras e elevatórias.

Contratos DBO⁴ Vila Velha: O lote 1, que engloba os Sistemas de Grande Terra Vermelha e Balneário Ponta da Fruta, prevê a implantação de uma estação de tratamento de esgoto de 150 l/s, e redes e elevatórias necessárias para atendimento com ligações de esgoto para 9.561 imóveis. E o lote 2 prevê a ampliação da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) de Araçás dos atuais 400 l/s para 900 l/s. Novas ligações estão previstas na PPP de Vila Velha, que serão viabilizadas após ampliação dessa estação.

Novos sistemas:

A Cesan retomou em 2019 a discussão com o Bird quanto à inclusão de novos empreendimentos no interior do Estado, demonstrando a situação atual de estudos, projetos e licenças nos municípios aos quais se destinam os novos empreendimentos. Uma primeira versão do Plano de Reassentamento Involuntário e o Relatório Ambiental foram submetidos à análise do Banco em um pacote que envolve os municípios de Castelo, Distrito de Pedra Menina (Dores do Rio Preto), Domingos Martins e Afonso Cláudio. Esses documentos são os primeiros a serem analisados pelo Banco antes da liberação da contratação. Foram solicitadas revisões em 2020 e as mesmas estão sendo providenciadas. Até o momento as revisões do planejamento de obras de Pedra Menina e Castelo já foram reapresentadas para o Banco. A previsão de envio do planejamento para os demais municípios é: Domingos Martins e Afonso Cláudio até maio de 2020 e Muqui, Atílio Vivacqua e Apicacá até julho de 2020. Tem-se também a expectativa de que os planejamentos destinados aos primeiros municípios enviados para análise (Pedra Menina e Castelo) tenham a contratação liberada pelo Banco até junho de 2020.

8. RECURSOS HUMANOS

A Cesan conta com 1.382 empregados, dos quais 957 atuam na Região Metropolitana da Grande Vitória e 425 no interior. Em 2019 a companhia deu início a estudos para melhoria do clima organizacional, estruturando um plano de ação para gestão do clima baseado nos resultados da pesquisa realizada com a força de trabalho.

A companhia segue adotando medidas para melhorar a segurança do trabalho, fechando o ano sem o registro de acidentes graves/gravíssimos entre os empregados próprios.

A empresa capacita e desenvolve seus empregados, estagiários, aprendizes e gestores, visando à formação, à atualização e ao aperfeiçoamento profissional. Em 2019 tivemos a média de 36,66 horas de treinamento por empregado ativo. As atividades envolvem integração de novos profissionais, desenvolvimento de competências técnicas, comportamentais e gerenciais, incentivo à educação formal continuada e capacitação necessária para implantação e manutenção de projetos institucionais. Essas ações têm como principais objetivos a promoção da cultura de excelência empresarial e a valorização da força de trabalho.

São mantidos ainda diversos programas de qualidade para a melhoria contínua das condições de trabalho dos empregados, impactando a retenção de talentos, a redução de absenteísmo, o aumento de produtividade e a qualidade dos serviços. Destacam-se os atendimentos aos empregados e familiares por meio do serviço social, os programas de educação financeira, de prevenção e tratamento à dependência química, de preparação para a aposentadoria e de reabilitação funcional, além de ações preventivas de saúde e encaminhamentos a tratamento no âmbito da saúde mental.

4 DBO é sigla para demanda bioquímica de oxigênio ou demanda biológica de oxigênio que corresponde à quantidade de oxigênio consumido na degradação da matéria orgânica no meio aquático por processos biológicos, sendo expresso em miligramas por litro (mg/L).

O percentual de despesas com pessoal em relação ao total de receitas operacionais foi reduzido de 21,7% para 20,6%, fruto do esforço para contenção das despesas e aumento das receitas.

O passivo trabalhista de pessoal próprio (número de reclamações ativas) foi reduzido em 12,3% no período de dois anos, com ações de mitigação de riscos como auditorias de medicina e segurança do trabalho, auditoria de frequência, implantação de política de redução do passivo trabalhista, conciliação em processos trabalhistas e reuniões periódicas com as áreas. O tema "redução do passivo trabalhista" passou a ser estruturado e acompanhado como indicador a partir de janeiro de 2017.

9. PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

A Cesan ficou colocada em terceiro lugar no Prêmio de Qualidade de Vida no Trabalho 2019, com o projeto 'Em cantos da mente', um programa desenvolvido pelo serviço social da empresa. A premiação ocorreu em agosto de 2019, durante a Expo Proteção – 8ª Feira Internacional de Saúde e Segurança no Trabalho, no Expo Center Norte, em São Paulo.

A companhia foi contemplada com o segundo lugar no Prêmio Ser Humano, promovido pela Associação Brasileira de Recursos Humanos Seccional Espírito Santo (ABRH-ES), o maior reconhecimento na área de gestão de pessoas no Espírito Santo. A premiação ocorreu em novembro de 2019.

10. PERSPECTIVAS

A Cesan segue firme no propósito de universalizar os serviços de saneamento onde atua e na busca por novas concessões e negócios, ampliando os níveis de atendimento com água tratada, coleta e tratamento de esgoto. A atuação da companhia orienta-se pela responsabilidade em manter a solidez financeira necessária à prestação de serviços com qualidade, que garanta a satisfação dos clientes com níveis adequados de serviço, bem como o investimento em programas de formação e capacitação de seus profissionais, tendo sempre o cliente como foco principal.

A companhia estima que a revisão de processos de gestão, já iniciada em 2019, proporcionará diversos benefícios para o desempenho operacional, como a melhoria no relacionamento com clientes através de utilização de aplicativo de mensagens instantâneas; redimensionamento da força de trabalho com impacto na redução do custo operacional; redução de perdas de água tratada; melhoria na gestão dos sistemas via IOT (internet das coisas); implantação de processos eletrônicos; e incremento no número de pessoas atendidas pelo programa de Tarifa Social (15 mil novos beneficiários). O programa tem a meta de beneficiar um total de 35 mil famílias.

O plano de negócios da Cesan, atualizado em 2019, abrange o período de 2020 a 2024 e orienta o planejamento estratégico a ser colocado em prática nos próximos anos. Cabe ressaltar que foi concluído no final do ano de 2019, portanto não considera os reflexos da pandemia que o mundo vem enfrentando desde o início de 2020. Certamente, a depender da extensão do impacto na economia, haverá uma revisão do plano de negócios tão logo seja possível consolidar as tendências decorrentes do novo cenário socioeconômico.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Rafael Grossi Gonçalves Pacífico (presidente)
Carlos Aurélio Linhalis
Cláudia Vera Dallapicola Teixeira Contarato
Fabiano Venturim Canal
José Alves Paiva
José Marcos Travaglia
Pedro Meneguetti

DIRETORIA EXECUTIVA

Carlos Aurélio Linhalis
Diretor-Presidente

Weydson Nascimento Ferreira
Diretor Administrativo e Comercial

Rodolpho Gomes Có
Diretor Operacional

Thiago José Gonçalves Furtado
Diretor de Engenharia e Meio Ambiente

COMPANHIA ESPÍRITO-SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31.12.2019	31.12.2018	Passivo e patrimônio líquido	Nota	31.12.2019	31.12.2018
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4	166.081	165.698	Fornecedores	14	43.078	38.571
Depósitos vinculados.....	5	94.534	46.703	Empréstimos e financiamentos ..	15	13.649	12.589
Créditos e contas a receber de usuários	6	146.152	143.758	Direito de uso arrendamento mercantil.....	13	516	
Estoques de materiais	-	5.451	3.281	Juros sobre capital próprio	24.3	87.571	89.970
Impostos a recuperar	7	9.762	8.910	Participação de empregados.....	24.8	13.332	13.290
Adiantamentos e convênios	8	4.812	4.244	Contribuições para FAECES	19	4.784	3.331
Total do ativo circulante		<u>426.792</u>	<u>372.594</u>	Impostos e contribuições a recolher	16	10.974	10.443
Não circulante				Salários e encargos a pagar	17	34.782	34.530
Créditos e contas a receber de usuários	6	25.431	7.503	Provisões.....	18	36.895	19.435
Adiantamento e convênios	8	3.254	1.827	Outras contas a pagar	-	6.567	4.977
Impostos a recuperar	7	7.489	7.199	Total do passivo circulante ...		<u>252.148</u>	<u>227.136</u>
Depósitos judiciais	18	73.746	41.521	Não circulante			
Contratos indenizáveis	12	173.651	192.387	Fornecedores	14	816	816
Direito de uso arrendamento mercantil.....	13	817		Garantias e obrigações contratuais	-	10	
Investimentos	-	95	95	Empréstimos e financiamentos ..	15	209.139	211.342
Imobilizado.....	10	28.391	24.390	Direito de uso arrendamento mercantil.....	13	301	
Intangível.....	11	2.687.355	2.524.478	Impostos diferidos	9	4.833	8.919
Total do ativo não circulante		<u>3.000.229</u>	<u>2.799.400</u>	Provisões.....	18	53.464	37.161
				Contribuições para Faeces.....	19	1.425	8.552
				Créditos de acionistas	20	34.748	38.744
				Plano de aposentadoria	19	73.910	43.711
				Subvenções para investimento ..	21	54.041	56.765
				Total do passivo não circulante		<u>432.687</u>	<u>406.010</u>
				Patrimônio líquido			
				Capital social	24	2.519.733	2.297.000
				Ajuste de avaliação patrimonial..	-	52.439	88.121
				Reserva de lucros	-	170.014	153.727
				Total do patrimônio líquido...		<u>2.742.186</u>	<u>2.538.848</u>
Total do Ativo		<u>3.427.021</u>	<u>3.171.994</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>3.427.021</u>	<u>3.171.994</u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	31.12.2019	31.12.2018
Receita operacional líquida	25	871.547	813.114
Custos dos serviços de abastecimento de água.....	-	(239.646)	(224.889)
Custos dos serviços de esgoto	-	(126.467)	(117.604)
Custos administrativos dos serviços de água e esgoto	-	(93.897)	(90.951)
Custo dos serviços prestados.....	27	(460.010)	(433.444)
Lucro bruto.....		411.537	379.670
Despesas comerciais	29	(61.244)	(103.871)
Despesas administrativas	30	(103.785)	(93.003)
Participação dos empregados	24.8	(13.166)	(13.083)
Resultados dos serviços de construção	12	2.747	3.030
(Outras despesas) receitas operacionais líquidas.....	31	(55.350)	5.707
		(230.798)	(201.220)
Resultado antes das receitas/(despesas) financeiras e impostos		180.739	178.450
Resultado financeiro.....	28	22.227	23.249
Resultado antes dos impostos		202.966	201.699
Contribuição social.....	32	(10.280)	(9.908)
Lucro líquido do exercício		192.686	191.791
Lucro por ação.....		0,08	0,09

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

COMPANHIA ESPÍRITO-SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais)

	31.12.2019	31.12.2018
Lucro líquido do exercício	192.686	191.791
Reserva de reavaliação	5.392	6.364
Reversão da provisão reserva de reavaliação	(407)	(573)
Ganhos e (perdas) atuariais	(30.199)	40.581
Resultado abrangente total	167.472	238.163

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	Reserva de lucros				Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Inc. Fiscais	Investimentos	Legal	Reavaliação		
Saldos 1º de janeiro de 2018		2.156.580	6.005	65.803	40.140	53.331	-	2.321.859
Aumento de capital		74.617		-	-	-	-	74.617
Absorção reserva investimento		65.803		(65.803)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-		-	-	-	191.791	191.791
Realização da reserva de reavaliação		-		-	-	(5.791)	5.791	-
Ajuste reserva de reavaliação períodos anteriores ...		-		-	-	-	-	-
Reversão da provisão para imposto de renda e contribuição social sobre a reserva de reavaliação...		-		-	-	-	-	-
Ajuste avaliação patrimonial		-		-	-	40.581	-	40.581
Destinação do lucro								
Constituição da reserva legal	24.2	-		-	9.590	-	(9.590)	-
Constituição da reserva de investimento	24.5	-		94.191	-	-	(94.191)	-
Constituição da reserva de incentivos fiscais	24.6	-	3.801				(3.801)	
Juros sobre capital próprio	24.3	-	-	-	-	-	(90.000)	(90.000)
Saldos em 31 de dezembro 2018		2.297.000	9.806	94.191	49.730	88.121	-	2.538.848
Saldos 1º de janeiro de 2019		2.297.000	9.806	94.191	49.730	88.121	-	2.538.848
Aumento de capital		128.542		-	-	-	-	128.542
Absorção reserva investimento		94.191		(94.191)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-		-	-	-	192.686	192.686
Realização da reserva de reavaliação		-		-	-	(5.483)	5.392	(91)
Ajuste de avaliação patrimonial		-		-	-	(30.199)		(30.199)
Destinação do lucro								
Constituição da reserva legal	24.2	-		-	9.634	-	(9.634)	-
Constituição da reserva de investimento	24.5	-		96.917	-	-	(96.917)	-
Constituição da reserva de incentivos fiscais	24.6	-	3.927				(3.927)	
Juros sobre capital próprio	24.3	-	-	-	-	-	(87.600)	(87.600)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		2.519.733	13.733	96.917	59.364	52.439	-	2.742.186

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

COMPANHIA ESPÍRITO-SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 (Em milhares de Reais)

	31.12.2019	31.12.2018
Lucro líquido do exercício	192.686	191.791
Ajustes do resultado do exercício:		
Depreciação e amortização	86.185	83.805
Resultado na alienação de imobilizado...	458	(297)
Provisões.....	67.243	8.953
Participação dos empregados	13.166	13.083
Resultado de construção.....	(2.747)	(3.030)
Outras receitas não monetárias	(421)	(387)
	356.570	293.918
Redução/(aumento) nos ativos:		
Contas a receber de clientes	(45.892)	(3.148)
Estoque de material.....	(2.170)	(786)
Despesas antecipadas	(1.995)	3.302
Impostos a recuperar.....	(1.142)	(5.476)
Depósitos judiciais.....	(32.225)	(11.703)
	(83.424)	(17.811)
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores	4.507	(222)
Salários, férias e encargos sociais.....	252	3.832
Impostos e contribuições.....	(531)	363
Contribuições à Faeces.....	(5.674)	(5.816)
Outros	21.114	(10.007)
	19.668	(11.850)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	292.814	264.257
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo intangível	(231.606)	(202.985)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(231.606)	(202.985)
Fluxo de caixa atividades de financiamentos		
Obtenção empréstimo bancário	11.498	40.468
Amortização empréstimo bancário	(12.641)	(11.571)
Crédito de acionistas.....	3.996	38.609
Participação de empregados.....	(13.123)	(9.431)
Subvenções para investimentos.....	(2.724)	(18.163)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	(12.994)	39.912
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	48.214	101.184
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	212.401	111.217
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	260.615	212.401
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	48.214	101.184

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 (Em milhares de Reais)

	31.12.2019	31.12.2018
Geração do valor adicionado		
Receita líquida dos serviços de abastecimento de água e esgoto.....	871.547	813.114
PIS/Cofins	90.879	85.032
Receita bruta dos serviços de abastecimento de água e esgoto.....	962.426	898.146
Outras receitas.....	7.513	8.810
Provisões diversas	(59.860)	(560)
Resultados não operacionais	(465)	291
	909.614	906.687
Geração do valor adicionado		
Materiais consumidos	(24.192)	(20.400)
Serviços consumidos e outros custos....	(196.070)	(177.940)
Energia e outras despesas operacionais	(109.944)	(104.254)
	(330.206)	(302.594)
Retenções		
Depreciação e amortização	(86.185)	(83.805)
	(86.185)	(83.805)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	493.223	520.288
Valor adicionado recebido em transferência		
Dividendos de investimentos avaliados ao custo	1	6
Receitas financeiras e variações monetárias ativas	37.092	37.579
Aluguéis.....	209	190
	37.302	37.775
Valor adicionado total a distribuir...	530.525	558.063
Distribuição do valor adicionado		
Empregados		
Salários e encargos.....	153.095	134.464
Participação dos empregados nos lucros...	13.166	13.083
Planos de aposentadoria e pensão	2.641	4.362
Assistência médica e odontológica	3.340	16.892
	172.242	168.801
Governo	152.086	139.890
Financiadores.....	13.511	57.581
Acionistas.....	87.600	90.000
Lucros retidos	105.086	101.791
	530.525	558.063

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

COMPANHIA ESPÍRITO-SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Espírito-Santense de Saneamento (Cesan), com sede na Av. Governador Bley, 186, Ed. Bemge, Loja 14, 2º e 3º andares, Centro, Vitória-ES, foi criada por meio da Lei nº 2.282/1967, alterada pelas Leis nºs 2.295/1967, 9.772/2011 e 10.478/2015 e regulamentada pelo Decreto nº 4.809/1993.

A Cesan é uma empresa de economia mista, enquadrada no Regime Jurídico de Direito Privado Brasileiro como uma sociedade anônima de capital fechado, sendo seu acionista controlador o Governo do Estado do Espírito Santo. Tem como missão prestar serviços de saneamento com qualidade, contribuindo para o desenvolvimento econômico, social e ambiental.

A companhia atua na captação, tratamento e distribuição de água, e na coleta e tratamento de esgoto no Estado do Espírito Santo, mediante delegação do Governo do Estado, contratos de concessões e contrato de programa com os municípios nos quais atua. Sua atividade compreende também a realização de estudos, projetos e execução de obras relativas a novas instalações e ampliação de redes, podendo atuar no setor de serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, além de participar do bloco de controle ou do capital social de outras sociedades e constituir subsidiárias, que poderão se associar a outras empresas do setor de saneamento no Brasil ou exterior.

Em 31 de dezembro de 2019, a companhia atuava em 52 de um total de 78 municípios do Estado do Espírito Santo, em operações de abastecimento de água e esgotamento sanitário, sendo 897.144 economias em abastecimento de água (887.757 em 31.12.2018) e 530.792 economias em esgotamento sanitário (514.709 em 31.12.2018). As dez principais concessões da companhia possuem os seguintes prazos de vencimento:

Localidade	Concessões de Água				Concessões de Esgoto				Término Concessão
	Nº de Economias		Nº de Economias		Nº de Economias		Nº de Economias		
	2019	%	2018	%	2019	%	2018	%	
Vila Velha	188.005	21	185.070	21	103.595	20	99.909	19	26/02/2046
Serra	163.022	18	160.874	18	132.192	25	127.813	25	26/06/2043
Vitória.....	142.608	16	142.128	16	124.434	23	123.114	24	21/03/2049
Cariacica	114.491	13	114.500	13	48.030	9	47.226	9	24/06/2048
Guarapari.....	64.051	7	63.088	7	43.312	8	41.680	8	26/12/2047
Viana.....	18.069	2	17.750	2	8.874	2	8.756	2	24/06/2048
Piúma	13.759	2	13.599	2	8.273	2	8.175	2	10/10/2022
Nova Venécia	13.624	2	13.442	2	1.971	0	648	0	20/07/2039
Castelo	11.409	1	11.248	1	9.721	2	9.569	2	06/07/2048
Barra de São Francisco.....	10.771	1	10.637	1	3.582	1	3.498	1	21/11/2039
Outros	157.335	18	155.421	18	46.808	9	44.321	9	
Total.....	897.144	100	887.757	100	530.792	100	514.709	100	

Em média, os serviços da companhia cobrem mais de 70% do Estado do Espírito Santo e 98% de todas as localidades por ela atendidas.

A companhia, em linha com a política do Governo do Estado do Espírito Santo, seu acionista controlador que tem como uma de suas metas priorizar o social, vem desenvolvendo programas de investimentos para expansão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos municípios que detém a concessão.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

a. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as Leis 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09 e de acordo com as Práticas Contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, e Pronunciamentos, Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As práticas contábeis significativas adotadas pela companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações contábeis, estão apresentadas nesta seção.

Práticas contábeis de transações consideradas imateriais não foram incluídas nas demonstrações contábeis.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada para emissão pela Administração da companhia em 12 de fevereiro de 2020.

b. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico e os financeiros e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com o CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e pre-

missas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas a respeito de premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas Notas:

- **Nota Explicativa nº 6** – Créditos e contas a receber de usuários;
- **Nota Explicativa nº 10** – Imobilizado;
- **Nota Explicativa nº 11** – Intangível;
- **Nota Explicativa nº 12** – Contrato de concessões indenizáveis;
- **Nota Explicativa nº 13** – Arrendamento mercantil;
- **Nota Explicativa nº 18** – Provisões e passivos contingentes.

d. Continuidade operacional

A Administração da companhia realiza seu planejamento com premissas de continuidade de suas atividades operacionais e não tem conhecimento de nenhuma incerteza relevante que possa gerar dúvidas sobre continuidade operacional da companhia, sendo assim as demonstrações financeiras foram elaboradas levando em conta esse pressuposto.

e. Moeda funcional e moeda de apresentação

Todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis, inclusive nas notas explicativas, estão apresentados em milhares de reais, que é a moeda funcional da companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

COMPANHIA ESPÍRITO-SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A companhia aplicou as práticas contábeis descritas a seguir de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e utilizados pela companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

As aplicações financeiras são contabilizadas pelo custo de aquisição, acrescidas de rendimentos apropriados *pro rata temporis* até a data do balanço.

b. Ativos financeiros

Classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"); ou (iii) valor justo por meio do resultado ("FVTPL").

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado no FVOCI somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao FVOCI ou mesmo ao FVTPL. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração.

Valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros – ativos mensurados ao custo amortizado

A companhia avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (iii) a companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (iiii) a companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo.

Quando a companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da companhia com esse ativo.

c. Passivos financeiros

Reconhecimento e mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial.

Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Os passivos financeiros da companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem: contas a pagar a fornecedores; outras contas a pagar; empréstimos e financiamentos; e instrumentos financeiros derivativos, quando aplicáveis. Empréstimos e financiamentos e contas a pagar são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendida são capitalizados como parte do custo destes ativos. Custos de empréstimos são juros e outros custos em que a companhia incorre em conexão com a captação de recursos.

Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

d. Contas a receber

d.1. De clientes

Referem-se às contas de créditos com os usuários pelo fornecimento de água, pelos serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário e demais serviços correlatos. Incluem, também, créditos por fornecimentos prestados e não faturados até a data do balanço para atendimento ao princípio de reconhecimento de receita.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, deduzidas de provisão para perda do valor recuperável, constituída quando existe uma evidência objetiva de que a companhia não será capaz de cobrar todos os valores recebíveis de acordo com os prazos originais das contas a receber.

Provisão para crédito de liquidação duvidosa

É calculada com base na análise dos créditos e registrada em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir potenciais perdas nas contas a receber. Contas a receber de valores

COMPANHIA ESPÍRITO-SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

até R\$15 são consideradas perdas assim que atingem 180 dias de atraso, sendo diretamente baixadas contra o resultado na Rubrica "Despesas comerciais".

Dificuldades financeiras significativas do devedor, probabilidade de o devedor entrar com pedido de falência ou concordata e falta de pagamento ou inadimplência (devido há mais de 180 dias) são considerados indicadores de que as contas a receber podem não ser recuperáveis. Adicionalmente, a companhia constitui a provisão adicional sobre todos os títulos vencidos dos clientes que compõem a base de reconhecimento da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

d.2. Do poder concedente das concessões

A companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente (municípios) contabilizado de acordo com o ICPC 01, quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados na construção ou ampliação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário e não recuperados pela tarifa definida pela Arsp, por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura, que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da companhia.

Estas contas a receber são classificadas no ativo não circulante conforme detalhado na Nota nº 12, considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

e. Estoques de materiais

Os estoques de materiais são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação do custo médio. Provisões para perdas de estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

Os estoques de materiais estão classificados no ativo circulante, enquanto aqueles destinados à execução de obras são classificados no ativo intangível em obras em andamento.

f. Ativos intangíveis

Concessões

A companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário em linha com a interpretação ICPC 01 Contratos de Concessão e a Lei nº 11.445/2007 - Marco Regulatório.

O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela companhia e o valor do ativo financeiro referente ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela companhia, ou seja, o prazo final da concessão ou a vida útil do ativo subjacente, dos dois o menor. O padrão de consumo dos ativos tem relação com a vida útil econômica em que os ativos construídos pela companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela companhia.

O intangível inclui também os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, bem como os juros sobre financiamentos incorridos na aquisição até a data de entrada do bem em operação. Os encargos financeiros capitalizados são depreciados, considerando os mesmos critérios e a vida útil determinada para os itens do intangível aos quais foram incorporados.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

Licenças de software

As licenças de *software* adquiridas são registradas com base nos custos incorridos para sua obtenção e para que elas estejam pron-

tas para ser utilizadas. Esses custos são amortizados linearmente durante sua vida útil estimada.

g. Imobilizado

Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos e se caracterizam, principalmente, por bens de uso geral e edificações da companhia.

O imobilizado é apresentado pelo custo histórico como base de valor, menos depreciação e perdas ao valor recuperável, se for o caso. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, bem como os juros sobre financiamentos incorridos na aquisição até a data de entrada do bem em operação. Os encargos financeiros capitalizados são depreciados, considerando os mesmos critérios e a vida útil determinada para os itens do imobilizado aos quais foram incorporados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item, o custo do item possa ser mensurado com segurança e a vida útil econômica for superior a 12 meses. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação do ativo imobilizado é realizada pela vida útil estimada de cada bem. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Classes de Ativos	2019 - 2018	
	Anos	%
Edificações e estruturas.....	25	4
Móveis e utensílios.....	10	10
Veículos e equipamentos de transporte.....	5	20
Máquinas e equipamentos.....	10	10
Equipamentos - laboratório.....	10	10
Computadores e periféricos.....	5	20

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados periodicamente e ajustados, se apropriado, ao início de cada exercício, de forma prospectiva.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do preço de venda com o valor contábil, líquido de depreciação, e são reconhecidos em "Outras receitas/despesas operacionais líquidas" na demonstração do resultado.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos, em atendimento ao CPC 27 - Ativo imobilizado, foram revisados ao final do exercício de 2019, não sendo necessário ajustes.

h. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros não derivativos

Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, essa é revertida por meio do resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da companhia são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação

COMPANHIA ESPÍRITO-SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo é então estimado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado.

i. Contas a pagar aos fornecedores

A conta "fornecedores" refere-se a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, os valores são apresentados como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

j. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, de início, pelo valor justo, líquido dos custos das transações incorridas. Os empréstimos são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva. As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo.

k. Provisões para riscos cíveis, tributários, trabalhistas e ambientais

A companhia reconhece as provisões classificadas como perda provável para riscos cíveis, tributários, trabalhistas e ambientais de acordo com o CPC 25. A avaliação da classificação das probabilidades de perda e saídas futuras de caixa é realizada por assessoria jurídica baseada na fase processual de cada ação, legislações vigentes no país, jurisprudências disponíveis e decisões mais recentes pelos tribunais competentes.

A Administração da companhia, embasada na opinião de seus assessores jurídicos, acredita que as provisões reconhecidas são necessárias e adequadas com base na situação dos processos judiciais e das legislações em vigor no país.

l. Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre a renda compreende o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos.

Através da Ação Cível Ordinária nº 2.730 transitada em julgado no Supremo Tribunal Federal na data de 04/05/2017, foi concedida a Imunidade Tributária Recíproca para a Cesan, conforme artigo 150 alínea "a" da Constituição Federal, sobre os impostos de competência da União.

A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis antes do imposto de renda, por meio da aplicação da alíquota de 9%.

A companhia entende que, em observância ao ICPC 22, todos os reconhecimentos tributários efetuados na contabilidade e na apuração dos impostos e das contribuições sobre o lucro não apresentam tema passível de questionamento por parte das autoridades fiscais federais, quais sejam decorrentes de interpretação tributária diversa.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço, considerando as diferenças entre as bases fiscais e contábeis de ativos e passivos.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que é provável que o lucro tributável esteja disponível

para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil apurado dos ativos tributários diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que toda ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto esperada aplicável no ano em que se estima que o ativo seja realizado ou que o passivo seja liquidado, baseado nas alíquotas de imposto (e legislação tributária) promulgadas na data do balanço.

Impostos sobre a venda

As receitas sobre serviços estão sujeitas a impostos e contribuições e pelas seguintes alíquotas básicas:

Tributos	Alíquota %
PIS.....	1,65
Cofins.....	7,60

Esses tributos são apresentados como deduções da receita na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/Cofins são apresentados dedutivamente do custo dos serviços prestados na demonstração do resultado.

A companhia não é enquadrada como contribuinte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) conforme Parecer nº 009/2012 da Secretaria de Estado da Fazenda do Espírito Santo (Sefaz-ES).

m. Contratos de concessão

A companhia desenvolve várias ações para renovação dos Contratos de Programa de acordo com a Lei 11.445/2007, tais como participação em audiências públicas, reuniões com as câmaras e prefeituras, e elaboração e revisão de instrumentos jurídicos, inclusive prestando apoio técnico na elaboração e revisão dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) junto aos municípios nos quais detém a concessão.

Dos 52 municípios sob concessão da Cesan, 40 possuem Contrato de Programa assinado de acordo com a Lei 11.445/2007 com prazo de vencimento entre 2019 e 2049; quatro (Bom Jesus do Norte, Laranja da Terra, Pinheiros e Presidente Kennedy) estão com contratos vencidos, todavia, com a continuidade da prestação dos serviços; cinco (Anchieta, Conceição da Barra, Fundão, Montanha e Vila Pavão) estão com as leis autorizativas aprovadas e publicadas, e em processo de assinatura.

Os municípios de Ponto Belo e Mucurici (com contratos em vigor até 2022) tiveram os projetos de lei para renovação da concessão por mais 30 anos rejeitados pelas câmaras municipais no exercício de 2019, no entanto, a companhia espera que o projeto de lei seja reapresentado às câmaras municipais pelo poder executivo para continuidade da prestação de serviços.

O município de Piúma instituiu a Lei Municipal nº 2.348/2019 (Plano Municipal de Saneamento Básico) que, em seu artigo nº 54, previu que o contrato de concessão existente perderá sua vigência na data de seu vencimento (10/10/2022), entretanto, a Cesan está em negociação com o poder executivo municipal para reverter esta decisão.

O prazo referencial de validade dos Contratos de Programa é de 30 anos. Para os bens cuja vida útil econômica ultrapassar o prazo contratual, é constituído ativo financeiro com base no valor residual.

Até a data de 31 de dezembro de 2019, não foi registrada nenhuma mudança nas cláusulas contratuais que afetasse de forma significativa a relação entre a companhia e os municípios concedentes.

O sistema de tarifação para o abastecimento de água e esgotamento sanitário é controlado pela Arsp e é revisto anualmente (normalmente no mês de agosto), tendo como base a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro dos contratos e a modicidade tarifária, mediante mecanismos que tanto induzam à eficiência e eficácia dos serviços, quanto permitam a apropriação social dos ganhos de produtividade, considerando custos e despesas, além da remuneração dos investimentos e ativos em operação, na forma da Lei nº 11.445/07.

A cobrança pelos serviços ocorre diretamente aos usuários, por meio de tarifa, tendo por base o volume de água consumido e de esgoto coletado, multiplicado pelo valor do m³ fixado pela Arsp.

COMPANHIA ESPÍRITO-SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

n. Contratos de arrendamento mercantil

A partir de 01/01/2019 entrou em vigor a norma contábil IFRS 16 (CPC 06 R2).

Este pronunciamento estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes, de modo que representem fielmente essas transações. Essas informações fornecem a base para que usuários de demonstrações contábeis avaliem o efeito que os arrendamentos têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.

A norma estabelece que todos os arrendamentos sejam contabilizados sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros (reconhecimento, mensuração, apresentação e evidência), porém exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes em relação ao procedimento atual. Esta nova revisão incluiu duas isenções: (i) reconhecimento de arrendamentos de ativos de "baixo valor" e (ii) arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos).

Os contratos de arrendamento da companhia são compostos basicamente por: (i) locação de 19 veículos para usos administrativos com vencimento final em 31/12/2019; (ii) locação de 51 lojas comerciais para atendimento ao cliente nos municípios onde atua, com vencimento de 12 meses, podendo ser prorrogados; (iii) contratos de arrendamento de equipamentos contratados por demanda quando necessário e (iv) um contrato de arrendamento de imóvel com vencimento em 07/2021, para o qual a companhia aplicou o IFRS 16 (CPC 06 R2).

o. Reajuste tarifário

Na data de 19/06/2019 a Arsp publicou a Resolução nº 029/2019 autorizando o reajuste nas tarifas de abastecimento de água e esgotamento sanitário em 4,99% a partir de 1º de agosto de 2019.

p. Benefícios a empregados

São todas as formas de compensação proporcionadas pela entidade em troca de serviços prestados pelos empregados ou pela rescisão do contrato de trabalho. A companhia é patrocinadora de dois planos de previdência privada para seus empregados, o Plano de Benefício Definido (BD) e o Plano de Contribuição Definido (Plano II).

Relativamente aos benefícios oferecidos aos empregados, a empresa segue as normas estabelecidas pelo Comitê de Pronunciamento Contábil nº 33 (R1), o qual estabelece e torna obrigatório o reconhecimento oriundo dos benefícios oferecidos aos empregados nas demonstrações financeiras da companhia.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Planos de contribuição definida

São planos de benefícios pós-emprego nos quais a companhia paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência), não tendo nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios aos empregados relativamente aos seus serviços do período corrente e anterior. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou que a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida, cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço, são descontadas aos seus valores presentes.

Planos de benefício definido

São planos de benefício pós-emprego que não sejam um plano de contribuição definida. A obrigação líquida da companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano por meio de uma estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos.

A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações contábeis para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos.

A companhia possui os seguintes planos de benefícios a empregados, em síntese: planos de aposentadoria (normal, antecipada, por invalidez) e pensão por morte e assistência médica.

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados. Eventuais superávits com planos de benefícios a empregados também são contabilizados, reconhecidos até o montante provável de redução nas contribuições futuras da patrocinadora para estes planos. O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para cômputo da obrigação final.

Participação nos lucros

A companhia provisiona a participação de empregados no resultado em função de metas operacionais e financeiras divulgadas aos seus colaboradores. Tais valores são registrados nas rubricas "Participação de Empregados", no passivo circulante, e "Participação dos Empregados", no resultado.

q. Subvenção e assistência governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo governo e de que serão auferidas. Essas são registradas como receita no resultado durante o exercício necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar.

r. Capital social

As ações são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzidos de quaisquer efeitos tributários.

s. Reconhecimento da receita

O reconhecimento da receita é realizado pelo regime de competência e de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com o Cliente. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber principalmente pela prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no curso normal das atividades da companhia por ciclos mensais de faturamento, não existindo etapas contratuais na execução dos serviços prestados.

A receita é apresentada líquida dos impostos e abatimentos. As receitas de serviços não faturadas são contabilizadas na data da prestação do serviço como contas a receber de clientes a faturar, com base em estimativas mensais, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

Contratos de construção

Um grupo de contratos de construção é tratado como um contrato de construção único quando: i) o grupo de contratos foi negociado como um pacote único; ii) os contratos estiverem tão diretamente inter-relacionados que sejam, com efeito, parte do projeto único

COMPANHIA ESPÍRITO-SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

com margem de lucro global; e iii) os contratos são executados simultaneamente ou em sequência contínua.

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 17 - Contratos de Construção, segundo o método de porcentagem de conclusão. O percentual concluído é definido conforme estágio de execução com base no cronograma físico-financeiro de cada contrato.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método do custo mais margem. Essa receita passou a ser atribuída, a partir de 1º de janeiro de 2009, com base na taxa do custo ponderado médio de capital - Weighted Average Capital Cost (WACC) nominal, de forma integral aos custos incorridos na administração de contratos de obras e pelo resultado da margem de retorno de investimentos e a margem transferida aos fornecedores de serviços materiais.

Quando o encerramento de um contrato de construção não puder ser estimado de forma confiável, a receita é reconhecida de forma limitada aos custos incorridos que serão recuperados.

t. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre impositividade nos recebíveis e aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem juros sobre empréstimos e financiamentos. Os custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

u. Distribuição de dividendos

A companhia distribui seus dividendos, quando apropriados, na forma de juros sobre o capital próprio. Os juros a pagar a acionistas, calculados nos termos do artigo 9º da Lei nº 9.249/95, foram registrados no resultado do exercício, na Rubrica "Despesas Financeiras", conforme determina a legislação fiscal. Para fins de publicação das demonstrações contábeis, os juros sobre o capital próprio estão apresentados a débito de lucros acumulados, contudo os efeitos fiscais ficam registrados no resultado.

As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei e de seu Estatuto Social, podendo a ele ser imputado, integrando o montante dos dividendos distribuídos pela companhia para todos os efeitos legais nos termos da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995 e regulamentação posterior, o valor dos juros sobre capital próprio (JSCP) pagos ou creditados individualmente aos acionistas e como remuneração do capital próprio.

v. Partes relacionadas

A companhia reconhece como parte relacionada as transações financeiras mantidas com o pessoal-chave da Administração, o seu acionista majoritário e as empresas ou órgãos a ele ligados, direta ou indiretamente, e a Fundação Assistencial dos Empregados da Cesan (Faeces), desde que haja com essas empresas e órgãos públicos relações contratuais formalizadas que gerem transações financeiras.

As operações com partes relacionadas foram praticadas pela Administração da companhia nas mesmas condições de mercado conforme prática com os demais clientes.

w. Demonstrações do valor adicionado

A companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como informação financeira adicional às demonstrações contábeis preparadas conforme práticas contábeis adotadas no Brasil.

x. Informações por segmento

A companhia desenvolve atividades operacionais em dois segmentos distintos, serviços de abastecimento de água e serviço de esgotamento sanitário conforme pode ser observado na Nota 26.

y. Pronunciamentos novos ou revisados que serão aplicados a partir de 01/01/2020

Alteração da Norma IFRS 3 - Definição de negócio. Esclarece aspectos para a definição de negócio, de forma a explicar quando uma transação deve ter tratamento contábil de combinação de negócios ou aquisição de ativos. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2020. A companhia não espera impactos significativos em possíveis eventos futuros de combinações de negócios ou aquisição de ativos.

Alteração das normas IAS 1 e IAS 8 - Definição de materialidade. Esclarece aspectos para enquadramento da norma contábil onde este conceito é aplicável. Essas alterações de normas são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2020. A companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2019	31.12.2018
Caixa	60	59
Bancos - conta movimento	14.119	5.048
Aplicações financeiras de curto prazo	151.902	160.591
Total	166.081	165.698
Aplicações financeiras - livre movimentação	31.12.2019	31.12.2018
Caixa Econômica Federal	81.522	91.151
Banestes	70.380	69.440
Total	151.902	160.591

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários remunerados a taxas que variam em média de 98,0% do Fundo DI.

A companhia mantém aplicado recursos próprios provenientes de sua atividade em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) que são títulos de renda fixa, cuja remuneração é baseada substancialmente na variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a companhia classificou seus títulos e depósitos vinculados como caixa e equivalentes de caixa, por serem considerados ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Os ativos financeiros incluem somente valores em reais, não havendo aplicações em moeda estrangeira.

Nenhum desses ativos financeiros encontram-se vencidos e não foram identificadas perdas dos seus valores recuperáveis.

5. DEPÓSITOS VINCULADOS

A companhia mantém depositado nos bancos Banestes e Caixa Econômica Federal recursos destinados à execução de obras de abastecimento de água e esgotamento sanitário e outras obrigações conforme quadro a seguir:

Aplicações Financeiras-Depósitos Vinculados	31.12.2019	31.12.2018
Convênios Fundação Nacional de Saúde (Funasa)	1.760	-
Contas reservas - obras financiadas CEF	3.261	2.527
Conta reserva PPP	9.323	8.544
Programa Águas e Paisagem	2.923	1.494
Contrapartida BNDES - Águas e Paisagem	14.312	13.522
Convênio Financiadora de Estudos e Projetos (Finep)	265	121
Barragem dos Imigrantes	861	-
Governo Estado para obras diversas.....	61.432	20.099
Bloqueios judiciais	397	396
Total	94.534	46.703

COMPANHIA ESPÍRITO-SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

6. CRÉDITOS E CONTAS A RECEBER DE USUÁRIOS

	31.12.2019			31.12.2018		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Valores a receber de usuários.....	146.780	25.431	172.211	127.531	7.503	135.034
Valores a receber de parte relacionada	2.068	-	2.068	2.068	-	2.068
Consumo não faturado	38.874	-	38.874	34.055	-	34.055
Total Contas a Receber	187.722	25.431	213.153	163.654	7.503	171.157
Arrecadação a discriminar.....	(3.069)	-	(3.069)	(1.601)	-	(1.601)
(-) Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	(38.501)	-	(38.501)	(18.295)	-	(18.295)
	(41.570)	-	(41.570)	(19.896)	-	(19.896)
	146.152	25.431	171.583	143.758	7.503	151.261

O saldo do contas a receber a longo prazo contempla parcela oriunda de parcelamento de faturas de água e esgoto cujo vencimento é 12 meses após o encerramento deste exercício.

Os valores a receber de clientes têm a seguinte composição por vencimento:

	31.12.2019		31.12.2018	
Valores a faturar	38.874	18%	34.055	20%
Valores faturados				
A vencer (circulante + não circulante).....	97.078	46%	45.126	26%
Valores a receber vincendos....	135.952	64%	79.181	46%
Vencidos até 30 dias	26.369	12%	23.932	14%
Vencidos de 31 a 60 dias	13.534	6%	11.720	7%
Vencidos de 61 a 90 dias	7.909	4%	6.137	4%
Vencidos de 91 a 120 dias	5.915	3%	4.794	3%
Vencidos de 121 a 150 dias.....	5.278	2%	4.057	2%
Vencidos de 151 a 180 dias.....	5.070	2%	3.538	2%
Vencidos acima de 180 dias	13.126	6%	37.798	22%
Valores a receber vencidos.....	77.201	36%	91.976	54%
Total.....	213.153		171.157	

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a companhia reconheceu o montante de R\$ 44.111 (R\$ 42.393 em 31 de dezembro de 2018) como perda efetiva do seu contas a receber diretamente no resultado.

Provisão Estimada para Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD)

	31.12.2019	31.12.2018
Saldo final do período anterior.....	18.295	18.587
Provisão para perdas de contas a receber	64.317	42.101
Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como incobráveis	(44.111)	(42.393)
Saldo final do período corrente.....	38.501	18.295

A Administração da companhia realiza análises de suas contas a receber, especialmente sobre os montantes vencidos, considerando a composição dos saldos de contas a receber por idade de vencimento individualizado.

De acordo com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros e considerando a política de recuperação de créditos atualmente adotada pela companhia, a qual contempla negativação do cliente nos órgãos de proteção ao crédito e interrupção dos serviços prestados aos clientes inadimplentes, a provisão (incorrida e esperada) é constituída com base nos valores a receber de todas as classes de consumidores vencidos há mais de 180 dias. A companhia constitui provisão adicional para perdas a partir do vencimento individualizado de cada fatura de cliente que possua valores a receber vencidos a mais de 180 dias.

A exposição da companhia a riscos de crédito está divulgada na Nota Explicativa nº 22.

6.1. Contas a receber de partes relacionadas

Os valores relativos a contas a receber oriundos de faturas de água e esgoto com partes relacionadas estão assim demonstrados:

Cliente	31.12.2019	31.12.2018
Arquivo Público Estadual.....	-	1
Banestes	4	5
Bandes	2	2
Ceasa	40	-
Cia de Transportes Urbanos Grande Vitória	106	86
Corpo de Bombeiros Militar	7	5
Departamento Estadual de Estradas e Rodagem.....	12	6
Defensoria Pública do Espírito Santo	4	3
Departamento de Imprensa Oficial.....	-	1
Estado do Espírito Santo.....	19	15
Instituto Atendimento Socioeducativo ES....	51	40
Instituto Capixaba de Pesquisa Assis. Tecn. e Extensão Rural	6	3
Instituto de Defesa Agrop. e Florestal do ES	6	5
Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos	8	8
Instituto Jones dos Santos Neves.....	1	1
Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação	2	2
Instituto de Pesos e Medidas do Espírito Santo.....	1	-
Instituto de Previdência dos Servidores Estaduais	2	2
Ministério Público do ES.....	16	19
Polícia Civil - Delegacias e Distritos	28	21
Polícia Militar	59	44
Procuradoria Geral do Estado	-	2
Secr. Estado de Educação	477	390
Secr. Estado de Esporte e Lazer.....	23	20
Secr. Estado da Saúde.....	177	215
Secr. Estado de Ciência e Tecnologia	6	4
Secr. Estado da Fazenda	4	4
Secr. Estado de Segurança Pública	6	7
Secr. Estado de Cultura	3	14
Secr. Estadual da Justiça	965	958
Secr. Estadual de Agricultura.....	-	50
Secr. Estadual Gestão Recursos Humanos...	8	-
Rádio e Televisão Espírito Santo	1	1
Tribunal de Contas do ES.....	6	8
Tribunal de Justiça	6	119
Outros	12	7
Total.....	2.068	2.068

COMPANHIA ESPÍRITO-SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

Os impostos a recuperar podem ser assim demonstrados:

	31.12.2019	31.12.2018
Imposto de renda antecipado (a).....	11.644	10.740
Contribuição social antecipada (a)	962	290
Cofins antecipado Lei nº 9.430/96	484	416
PIS Lei nº 9.430/96	35	183
Contribuições previdenciárias	2.711	2.435
Taxas de domínio - DNIT	1.317	1.261
Outros tributos a recuperar	98	784
Total	17.251	16.109
Circulante.....	9.762	8.910
Não circulante.....	7.489	7.199
	17.251	16.109

(a) Os valores de Imposto de Renda e Contribuição Social antecipados referem-se à apuração anual demonstrada na Nota Explicativa nº 32.

8. ADIANTAMENTOS E CONVÊNIOS

Os valores de adiantamentos e convênios estão assim demonstrados:

	31.12.2019	31.12.2018
Adiantamento a fornecedores.....	1.110	150
Adiantamento a empregados.....	6.540	5.539
Créditos de órgãos públicos	187	150
Prêmios de seguros	229	232
	8.066	6.071
Circulante.....	4.812	4.244
Não circulante.....	3.254	1.827
	8.066	6.071

9. IMPOSTOS DIFERIDOS

Os valores de Imposto de Renda e Contribuição Social reconhecidos no passivo não circulante correspondem a diferenças temporárias entre a legislação tributária vigente e as técnicas e os pronunciamentos contábeis vigentes.

Ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos

	Ativos		Passivos		Líquidos	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Contas de clientes - PDD Gerencial	26.510	1.073	-	-	26.510	1.073
Contingências trabalhistas e cíveis	71.907	55.800	-	-	71.907	55.800
Reserva de reavaliação.....	-	-	(138.813)	(144.698)	(138.813)	(144.698)
Pronunciam. CPC x Legisl. Tributária	(13.270)	(12.087)	-	-	(13.270)	(12.087)
Estudo atuarial Faeces.....	-	332	-	-	-	332
Base - diferença temporária	85.147	45.118	(138.813)	(144.698)	(53.666)	(99.580)
Impostos ativos (passivos)	7.663	4.061	(12.496)	(12.980)	(4.833)	(8.919)

Movimento em diferenças temporárias durante o ano:

	Saldo em 31.12.2018	Reconhecimento apuração do tributo	Saldo em 31.12.2019
	Reserva de reavaliação.....	(12.980)	484
Diferenças temporárias	4.061	3.602	7.663
	(8.919)	4.086	(4.833)

10. IMOBILIZADO

10.1. Composição dos saldos

	31.12.2018			31.12.2019	
	Taxas anuais depreciação	Total líquido	Custo	Depreciação acumulada	Total líquido
Terrenos.....	-	3.844	3.844	-	3.844
Edificações e estruturas.....	4%	11.959	23.364	(12.340)	11.024
Móveis e utensílios.....	10%	1.945	8.791	(6.489)	2.302
Veículos equip. transportes	20%	355	22.716	(16.335)	6.381
Máquinas e equipamentos.....	10%	4.007	14.390	(11.063)	3.328
Computadores e periféricos.....	20%	2.280	20.925	(19.414)	1.511
Total		24.390	94.031	(65.641)	28.391

A depreciação do exercício de 2019 apropriada ao resultado foi de R\$ 5.409 (R\$ 6.231 em 31 de dezembro de 2018) como despesa administrativa.

10.2. Movimentação

	Saldo em 31.12.2017	2018		Saldo em 31.12.2018	2019		Saldo em 31.12.2019
		Adições	Baixas		Adições	Baixas	
Terrenos.....	3.844	-	-	3.844	1	-	3.844
Edificações e estruturas.....	23.223	141	-	23.364	-	-	23.364
Móveis e utensílios.....	7.730	529	(25)	8.234	913	(356)	8.791
Veículos equip. transportes	17.045	-	-	17.045	6.891	(1.220)	22.716
Máquinas e equipamentos.....	13.796	1.421	(162)	15.055	1.608	(2.273)	14.390
Computadores e periféricos.....	19.774	960	(22)	20.712	338	(125)	20.925
Subtotal	85.412	3.051	(209)	88.254	9.752	(3.975)	94.031
Depreciação acumulada.....	(57.633)	(6.388)	157	(63.864)	(5.409)	3.632	(65.641)
Total	27.779	(3.336)	(53)	24.390	4.343	(343)	28.391

COMPANHIA ESPÍRITO-SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

11. INTANGÍVEL

11.1. Composição dos saldos

Os sistemas são explorados de acordo com os contratos de concessão com os municípios, cujo prazo de concessão normal é de 30 anos. Findos os prazos, os contratos podem ser renovados ou não.

No caso de não renovação, o valor residual de ativos será indenizado à companhia.

Em 31 de dezembro de 2019, a companhia não tinha conhecimento de nenhuma intenção por parte dos municípios de interromper os referidos contratos de concessão antes de seu encerramento, não obstante, os municípios de Ponto Belo e Mucurici (com contratos em vigor até 2022) tiveram os projetos de lei para renovação da concessão por mais 30 anos rejeitados pelas câmaras municipais e o município de Piúma instituiu a Lei Municipal nº 2.348/2019 determinando que o contrato de concessão existente perderá sua vigência na data de seu vencimento (2022):

	31.12.2018			31.12.2019	
	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Ajuste a valor recuperável	Valor líquido
Ativos da concessão.....	2.004.015	3.300.349	(993.738)	(191.236)	2.115.375
Intangível em andamento.....	507.171	557.980	-	-	557.980
Software.....	13.292	85.015	(71.015)	-	13.999
Total.....	2.524.478	3.943.344	(1.064.753)	(191.236)	2.687.355

O saldo da conta Intangível em Andamento em 31 de dezembro de 2019, no total de R\$ 557.979, refere-se a obras de ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água no montante de R\$ 106.779; obras relativas à ampliação de Sistemas de Esgotamento Sanitário no montante de R\$ 390.631; R\$ 15.623 em materiais para aplicação em obras e R\$ 44.946 em diversos projetos e obras operacionais nos sistemas operados pela companhia.

Capitalização de juros e encargos financeiros

Os juros e demais encargos financeiros incidentes sobre os empréstimos e financiamentos de ativos durante a fase de construção são apropriados no custo dos empreendimentos na conta de obras em andamento até a sua conclusão. Assim que o empreendimento é concluído, os juros e encargos passam a ser contabilizados como despesas financeiras.

No exercício findo em 31/12/2019 foram capitalizados juros e demais encargos financeiros, incorridos sobre os recursos e empréstimos que financiaram projetos e obras da companhia no montante de R\$ 6.187 (R\$ 5.495 no exercício 2018).

A amortização do exercício de 2019 foi de R\$ 96.238 (R\$ 92.775 em 2018).

Análise do valor de recuperação dos ativos

De acordo com o CPC 01 (R1), a companhia realizou estudo técnico para determinar o valor recuperável de seus ativos, utilizando as seguintes premissas:

- Para a apuração do valor recuperável dos ativos ou das unidades geradoras de caixa da Cesan foi adotado o método do valor em uso, ou seja, o valor gerado de caixa pelo uso destes ativos;
- As estimativas de fluxo de caixa foram projetadas ao longo de cinco anos, como sugere o CPC 01 (R1) no seu item 33b;
- Os comparativos, para obtenção de possíveis valores de ativos não recuperáveis, foram realizados com base em moeda constante, ou seja, foram desconsiderados os efeitos da inflação;
- As projeções das receitas, nos fluxos de caixa, foram baseadas nos seguintes indicadores: aumento médio no número de ligações (crescimento vegetativo), consumo médio em m³ por ligação e a tarifa média cobrada por m³;
- O valor contábil dos ativos (ou unidades geradoras de caixa), na data final das estimativas dos fluxos do caixa, também foi considerado como valor recuperável. O referido procedimento é baseado nos contratos de concessão, haja vista que os mesmos preveem ressarcimento pelos municípios no caso de não renovação ou quebras de contrato.

11.2. Movimentação

Intangível	Saldo em 31.12.2017	2018			Ajuste a valor recuperável	Saldo em 31.12.2018
		Adições	Baixas	Amortização		
Ativos da concessão líquidos.....	1.911.781	427.789	(227.547)	(82.606)	(25.402)	2.004.015
Intangível em andamento.....	480.488	226.413	(199.730)	-	-	507.171
Software.....	22.429	1.032	-	(10.169)	-	13.292
Total.....	2.414.699	655.234	(427.277)	(92.775)	(25.402)	2.524.478
Intangível	Saldo em 31.12.2018	2019			Ajuste a valor recuperável	Saldo em 31.12.2019
		Adições	Baixas	Amortização		
Ativos da concessão líquidos.....	2.004.015	195.592	(15.581)	(87.596)	18.946	2.115.375
Intangível em andamento.....	507.171	232.430	(181.621)	-	-	557.980
Software.....	13.292	9.350	-	(8.642)	-	13.999
Total.....	2.524.478	437.372	(197.203)	(96.238)	18.946	2.687.355

12. CONTRATO DE CONCESSÕES INDENIZÁVEIS

A companhia possui, em 31 de dezembro de 2019, R\$ 173.651 (R\$ 192.387 em 31 de dezembro de 2018) como contas a receber do poder concedente (municípios), referentes ao montante esperado de recebimento ao final das concessões. Estes valores foram ajustados aos respectivos valores presentes no reconhecimento inicial, tendo sido descontados pelas taxas médias ponderadas de custo de capital - WACC, atrelados às respectivas contas a receber.

Os valores dos ativos intangíveis foram reconhecidos pela diferença entre o valor justo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação dos serviços de concessão e o valor contábil dos ativos financeiros reconhecidos.

A receita de construção em concessões públicas de saneamento corresponde ao custo dos investimentos realizados pelo concessionário, acrescido de uma pequena margem de lucro. A Cesan realizou estudos com base estatística sobre seus contratos de terceirização de cons-

COMPANHIA ESPÍRITO-SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

truções de obras, serviços, projetos e fiscalização, ponderando com o custo de oportunidade do capital, encontrando o percentual de 1,70% da margem de ganho sobre estes tipos de contratos.

Os resultados dos serviços de construção realizados pela companhia, apurados conforme ICPC-01 e CPC-17 no exercício atual e no exercício anterior, estão demonstrados a seguir:

	31.12.2019	31.12.2018
Receitas de construção.....	19.894	20.173
(-) Custos de construção	17.147	17.143
(=) Receita de construção líquida.....	2.747	3.030

Tais valores foram reconhecidos contabilmente no ativo intangível com contrapartida no resultado do exercício.

13. ARRENDAMENTOS

Na transição para o CPC 06 (R2) / IFRS 16, a companhia reconheceu ativos de direito de uso e passivo de arrendamento, gerando o seguinte impacto:

	31.12.2019
Ativos de direito de uso	817
Passivo de arrendamento.....	817

O preço específico mensal do contrato será reajustado anualmente, tomando-se por base a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Em 31 de dezembro de 2019, a mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental sobre empréstimos que é de 6,92%.

A seguir apresentamos os fluxos de pagamentos futuros, considerando a inflação projetada até o vencimento dos contratos, por natureza de arrendamento, em relação aos compromissos de arrendamento mercantil de direito de uso:

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	31.12.2019			31.12.2018		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Em moeda nacional						
CEF (a)	13.625	182.890	196.515	12.271	188.022	200.293
Banestes - Finame (b).....	24	-	24	318	-	318
Banco do Nordeste	-	2.929	2.929	-	-	-
BNDDES (c).....	-	23.320	23.320	-	23.320	23.320
Total.....	13.649	209.139	222.788	12.589	211.342	223.931

	Movimentação			
	31.12.2018	Adição	Amortização	31.12.2019
CEF	200.293	8.569	(12.347)	196.515
BNDDES.....	23.320	-	-	23.320
Banco do Nordeste	-	2.929	-	2.929
Banestes - Finame.....	318	-	(294)	24
Total.....	223.931	11.498	(12.641)	222.788

(a) Caixa Econômica Federal – formado por 38 contratos, com recursos do FGTS, utilizados para implantação e ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, em diversos municípios do Estado do Espírito Santo. O prazo final para pagamento é em 2041. As taxas de juros dos contratos variam de 6,00% a 8,00% a.a., utilizando como indexador a Taxa Referencial (TR).

Garantias

As garantias contratuais dos contratos da Caixa estão estabelecidas de forma padronizada em seus contratos, conforme segue:

"O Tomador oferece à Caixa, a partir da data de assinatura do contrato, em caráter irrevogável e irretratável, até que a dívida

Grupo	Pagto. futuros de aluguéis	Impacto da taxa de desconto	Direito de uso de ativos arrendados	Passivo de arrendamento
Imóveis...	1.250	(88)	1.162	1.162
CP		635		
LP		615		

Grupo	Pagamentos futuros	Impacto da taxa de desconto	Direito de uso de ativos arrendados	Passivo de arrendamento
Imóveis...	930	(113)	817	817
CP		516		
LP		301		

Expectativa de inflação futura

Ano	Valor %
2020.....	3,61
2021.....	3,75
2022.....	3,50

Fonte: Boletim Focus - Banco do Brasil de 27 de dezembro de 2019 - IPCA Mediana - Agregado

14. FORNECEDORES

As obrigações com fornecedores estão relacionadas a gastos com serviços e materiais necessários à execução dos projetos da companhia. Os saldos estão assim demonstrados:

	31.12.2019	31.12.2018
Fornecedores de materiais.....	8.617	3.408
Fornecedores de serviços.....	35.277	35.979
Total.....	43.894	39.387
Circulante.....	43.078	38.571
Não circulante.....	816	816
	43.894	39.387

seja integralmente quitada, o penhor dos direitos emergentes de contrato(s) de concessão ou contrato(s) de programa, caucionando os direitos creditórios referentes à arrecadação da receita tarifária obtida pelo Tomador em virtude da exploração dos serviços de saneamento básico, em conformidade com o que preconiza os artigos 1.451 a 1.460 do Código Civil Brasileiro e o artigo 28 da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005.

A receita garantida pelo presente penhor correspondente ao valor de três vezes o encargo mensal, composto na fase de carência por juros, taxa de administração e taxa de risco de crédito e, na fase de amortização, por principal, juros, taxa de administração e taxa de risco de crédito, calculado com base na última cobrança disponível para o contrato, permanecendo a receita ora dada em garantia vin-

COMPANHIA ESPÍRITO-SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

culada até a total liquidação das obrigações assumidas no contrato, depositada na Conta Arrecadadora.”

(b) Banestes - Finame - Em dezembro de 2014 foi assinada cédula de crédito bancário com o Banestes, com recursos captados pelo BNDES originários de repasse do BNDES e da Agência Especial de Financiamento (Finame), por meio do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), sendo o Banestes o agente financeiro desta operação. Esta operação destina-se à aquisição de 25.000 hidrômetros. As garantias das obrigações assumidas na cédula de crédito pela Cesan serão os próprios bens a serem adquiridos na forma de alienação fiduciária.

A composição da cédula é a seguinte:

Operação nº 2014/41693-2.

- **Assinatura:** 30 de dezembro de 2014;
- **Finalidade:** aquisição de 25.000 hidrômetros;
- **Programa:** BNDES/Finame/PSI;
- **Valor:** R\$1.175;
- **Taxa de Juros:** 6,00% a.a;
- **Carência:** 12 meses;
- Quatro parcelas trimestrais de juros, vencendo a primeira em 15 de maio de 2015;
- 48 parcelas mensais de amortização, vencendo a primeira em 15 de fevereiro de 16;
- **Prazo total:** 60 meses.

(c) BNDES - Contrato firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social para garantir recursos da contrapartida para as obras do Programa Águas e Paisagens.

Obrigações especiais da beneficiária relativas ao desempenho financeiro - Covenants

A cláusula nona do Contrato nº 18.2.0347.1 prevê a manutenção até a vigência do contrato de todos os índices financeiros abaixo estipulados, a serem apurados semestralmente, com base nas informações constantes nas demonstrações financeiras contábeis consolidadas.

Índice	Meta	Índice apurado
EBITDA Ajustado/Serviço da Dívida Ajustado	Maior ou igual a 1,5	6,5
Dívida Líquida Ajustada+ Outras Dívidas/ EBITDA Ajustado	Menor ou igual a 4,0	-0,04

(d) Banco do Nordeste do Brasil S/A - Contrato firmado com o objetivo de executar obras de ampliação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos municípios cadastrados na área da Sudene operados pela Cesan, no território do Estado do Espírito Santo.

A garantia deste contrato é que seja transitado mensalmente na conta vinculada do BNB o valor de R\$ 7.658 e ainda manter conta reserva no valor de R\$ 3.006.

16. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

Os impostos e as contribuições a recolher estão assim demonstrados:

	31.12.2019	31.12.2018
ISS retido na fonte	1.520	1.500
Contribuição social.....	3.280	630
Contribuições retidas na fonte	869	704
PIS	723	570
Cofins	3.366	2.668
INSS retido na fonte	968	1.420
Imposto de renda retido na fonte.....	248	2.951
Total.....	10.974	10.443

17. SALÁRIOS E ENCARGOS A PAGAR

Os salários e encargos sociais a pagar estão assim demonstrados:

	31.12.2019	31.12.2018
Salários a pagar	20	27
INSS a pagar	9.476	9.267
FGTS a pagar.....	1.742	2.814
Sesi/Senai a pagar	64	179
Consignações a pagar	1.745	1.337
Férias a pagar.....	16.157	15.618
13º a pagar	-	-
Licença-prêmio	5.598	5.315
Total.....	34.782	34.530

18. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

18.1. Processos com probabilidade de perda provável

A companhia figura como parte em vários processos judiciais que surgem no curso normal de suas operações, os quais incluem processos de natureza cível, trabalhista, tributária e ambiental. A Cesan mantém provisão contábil julgada suficiente de acordo com a posição dos assessores jurídicos para fazer face diante das questões judiciais nas quais a companhia é ré. Essas provisões estão apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, da seguinte maneira:

	Depósitos judiciais		Processos judiciais	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Cível (a).....	20.576	3.736	33.420	13.474
Tributária (b)....	17.451	16.164	2.525	4.333
Trabalhista (c).	35.719	21.621	54.413	38.789
Ambiental	-	-	1	-
Total.....	73.746	41.521	90.359	56.596
Curto prazo	-	-	36.895	19.435
Longo prazo....	73.746	41.521	53.464	37.161
	73.746	41.521	90.359	56.596

Movimentação dos processos judiciais

Circulante	31.12.2018		Baixas	31.12.2019
	Adições			
Trabalhista.....	1.628	-	677	951
Tributário	4.333	154	1.963	2.524
Cível	13.474	24.981	5.035	33.420
Total.....	19.435	25.135	7.675	36.895
Não circulante				
Ambiental.....	-	18	17	1
Trabalhista.....	37.161	16.692	390	53.463
Total.....	37.161	16.710	407	53.464
Trabalhista.....	38.789	16.692	1.067	54.414
Cível.....	13.474	24.981	5.035	33.420
Ambiental.....	-	18	17	1
Tributário	4.333	-	-	2.524
Total.....	56.596	41.691	6.119	90.359

Movimentação depósitos judiciais

Não circulante	31.12.2018		Baixas	31.12.2019
	Adições			
Cível.....	3.735	16.941	100	20.576
Tributário	16.165	1.304	18	17.451
Trabalhista.....	21.621	15.085	987	35.719
Total.....	41.521	33.330	1.105	73.746

a) A provisão cível refere-se a processos movidos por terceiros contra a companhia decorrentes de demandas relacionadas a danos materiais e morais, pedidos de reembolsos em relação à prestação de serviços e à cobrança de serviços, etc.;

COMPANHIA ESPÍRITO-SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

- b) A provisão tributária refere-se a autos de infração do INSS em decorrência de fiscalizações realizadas. A companhia vem contestando administrativa e judicialmente os referidos autos;
- c) As provisões trabalhistas referem-se basicamente a questionamentos proferidos por ex-empregados e empregados da companhia e de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade subsidiária), pleiteando equiparação, diferenças salariais, adicional noturno, intervalo intrajornadas, horas extras e outras verbas trabalhistas.

18.2. Passivos contingentes

A companhia discute outras ações judiciais para as quais tem expectativa de perda possível. Para essas ações, embasada na opinião de assessores jurídicos, não constitui provisão para eventuais perdas, conforme estabelece o CPC 25, bem como considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados para a defesa.

Os processos em andamento na instância judicial, perante diferentes tribunais, nos quais a companhia é parte passiva, estão assim distribuídos:

Natureza	31.12.2019	31.12.2018
Cível.....	24.244	6.606
Trabalhista.....	36.633	35.314
Tributária	9.281	18.075
Total.....	70.158	59.995

19. CONTRIBUIÇÕES PARA FAECES (BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO)

Política contábil

A companhia patrocina plano de pensão para seus funcionários, o qual inclui planos de benefício definido e contribuição definida, administrados pela Faeces, entidade fechada de previdência complementar.

19.1. Plano de benefício definido

São planos de benefícios pós-emprego que não sejam planos de contribuição definida. Pelos planos de benefícios definidos a obrigação da entidade empregadora é a de proporcionar os benefícios acordados com os empregados correntes e antigos. O risco atuarial (que os benefícios custem mais do que o esperado) e o risco de investimento recaem, substancialmente, na entidade empregadora. Se a experiência atuarial ou de investimento for pior que o esperado, a obrigação da entidade empregadora pode ser aumentada.

19.1.1. Plano de custeio

- Contribuição mensal e joia dos participantes;
- Contribuição mensal dos patrocinadores;
- Dotação dos patrocinadores, a ser fixada atuarialmente;
- Receitas de aplicação do patrimônio;
- Doações, subvenções, legados e rendas extraordinárias, não previstas nos itens precedentes.

19.1.2. Benefícios

Plano instituído em 25 de maio de 1995, cujo regulamento está adaptado aos ditames das Leis Complementares nº 108/01 e 109/01, garantindo o direito aos institutos de portabilidade, benefício proporcional diferido, resgate e autopatrocínio, e prevê a concessão dos seguintes benefícios complementares aos da previdência oficial:

- Suplementação da aposentadoria por invalidez;
- Suplementação da aposentadoria por tempo de serviço, inclusive sob a forma antecipada;
- Suplementação da aposentadoria por idade;
- Suplementação da aposentadoria especial;
- Suplementação de pensão;
- Pecúlio por morte.

a) Salário de participação

O salário de participação (SP) é a base de cálculo das contribuições e dos benefícios dos participantes e equivalerá à soma dos valores pagos pelo patrocinador a título de ordenado fixo, adicional por tempo de serviço e quinquênio.

b) Salário real de benefício

O salário real de benefício (SRB) corresponderá a 78% da média aritmética simples dos 12 últimos salários de participação anteriores ao mês do início do benefício, excluído o 13º salário, corrigidos para esse mês pela variação do INPC (IBGE).

c) Condições gerais para concessão e manutenção dos benefícios

Para a obtenção de qualquer das suplementações de aposentadoria é indispensável a concessão do benefício básico pela previdência oficial, sendo, no caso de aposentadoria programada (tempo de serviço, idade e especial), exigido ainda o desligamento do quadro de pessoal da patrocinadora.

Carências (aposentadoria programada)

- **Idade mínima:** 55 anos, no caso de aposentadoria por tempo de serviço, e 53 anos, no caso de aposentadoria especial;
- **Tempo mínimo de empresa:** 10 anos (fundadores);
- **Tempo mínimo de plano:** 15 anos (não fundadores).

Carência (aposentadoria por invalidez)

- **Tempo mínimo de plano:** dois anos, exceto nos casos de invalidez involuntária.

Suplementação de aposentadoria

A suplementação de aposentadoria corresponderá ao maior valor entre a diferença do SRB e o benefício concedido pela previdência oficial e 15% do SRB.

Suplementação de pensão

- **Por morte em atividade:** 75% da suplementação de aposentadoria por invalidez que o participante teria direito na data da sua morte;
- **Por morte na aposentadoria:** 75% da suplementação da aposentadoria que o assistido recebia por ocasião do seu falecimento.

Pecúlio por morte

Benefício de pagamento único devido em caso de morte do participante ativo ou assistido, de valor correspondente a cinco vezes o da suplementação de aposentadoria que ele percebia ou que perceberia caso se invalidasse na data do óbito.

Reajuste

As suplementações serão reajustadas no mês de maio de cada ano pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), divulgado pelo IBGE, no período compreendido entre maio do ano anterior ao de competência do reajuste e abril do ano de competência do reajuste.

19.2. Plano de contribuição definida

São planos de benefícios pós-emprego, pelos quais uma entidade empregadora/patrocinadora paga contribuições fixadas a uma entidade separada (um fundo) e não terá obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não detiver ativos suficientes para pagar todos os benefícios relativos ao serviço dos empregados no período corrente e em períodos anteriores; ou seja, a obrigação legal ou construtiva da entidade empregadora/patrocinadora é limitada à quantia que ela aceita contribuir para o fundo; em consequência, o risco atuarial (que os benefícios serão inferiores aos esperados) e o risco de investimento (que os ativos investidos serão insuficientes para satisfazer os benefícios esperados) recaem sobre o empregado.

19.2.1. Plano de custeio

- Rendimentos das aplicações do patrimônio;
- Outras fontes de receitas legalmente permitidas;
- Recursos portados de outras entidades de previdência complementar;
- Contribuições mensais dos participantes, assim estabelecidas no regulamento:
 - Contribuição Básica de Participante, de caráter opcional, corresponde ao resultado da aplicação sobre o salário de participação de um percentual escolhido pelo participante, respeitando-se o mínimo de 1%, efetuada no máximo 12 vezes por ano;
 - Contribuições Adicionais, de caráter voluntário, efetuidas a qualquer época, sendo seus valores livremente escolhidos pelo participante, observadas as disposições legais;

COMPANHIA ESPÍRITO-SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

- Contribuições de Benefícios de Risco de Participante, de caráter mensal e obrigatório, estabelecidas no Plano de Custeio Anual, destinadas a custear, paritariamente com o patrocinador, os benefícios de aposentadoria por invalidez, pensão por morte e pecúlio;
- Contribuições Administrativas de Participante, de caráter mensal e obrigatório, estabelecidas no Plano de Custeio Anual, são destinadas a custear, paritariamente com o patrocinador, as despesas administrativas, observados os limites estabelecidos pela legislação pertinente;
- Contribuição de Participante em Benefício Proporcional Diferido, de caráter opcional, que consiste em aporte de contribuições do participante que tenha optado pelo Benefício Proporcional Diferido.

Contribuições mensais dos patrocinadores, assim estabelecidas no regulamento

- Contribuição Normal de Patrocinador, igual à Contribuição Básica de Participante, limitada a 7% do salário de participação, efetuada no máximo 12 vezes por ano;
- Contribuições de Benefícios de Risco de Patrocinador, de caráter mensal e obrigatório, estabelecidas no Plano de Custeio Anual, destinadas a custear, paritariamente com o participante, os benefícios de aposentadoria por invalidez, pensão por morte e pecúlio;
- Contribuições Administrativas de Patrocinador, de caráter mensal e obrigatório, estabelecidas no Plano de Custeio Anual, são destinadas a custear, paritariamente com o participante, as despesas administrativas, observados os limites estabelecidos pela legislação pertinente.

A contribuição normal de patrocinador, relativa a cada participante, cessará automaticamente na primeira das seguintes ocorrências

- Término do vínculo por qualquer razão;
- Quando o participante for elegível ao Benefício de Aposentadoria Normal;
- Em caso de concessão de benefício assegurado por este Regulamento.

19.2.2. Benefícios

Plano instituído em 1º de fevereiro de 2006, cujo regulamento prevê a concessão dos seguintes benefícios:

- Renda de aposentadoria por invalidez;
- Renda de aposentadoria normal;
- Renda de aposentadoria antecipada;
- Complementação de pensão por morte;
- Pecúlio por morte;
- Abono anual.

O regulamento garante ainda o direito aos institutos de portabilidade, benefício proporcional diferido e resgate. Além disso, permite o pagamento em parcela única de até 25% do saldo de conta aplicável.

a) Salário de participação

O salário de participação (SP) é a base de cálculo das contribuições dos participantes e equivalerá à soma das rubricas fixas relativas à remuneração do participante, pagas mensalmente e em caráter habitual pelo patrocinador, excluindo-se as parcelas pagas com a periodicidade não mensal, tais como: 13º salário, horas extras, gratificações, participação em resultados, bônus, abono e adicional de férias.

b) Salário real de benefício

O salário real de benefício (SRB) é o valor correspondente à média aritmética simples dos 12 últimos salários de participação, atualizados monetariamente pelo INPC, até o mês da concessão do benefício, e será aplicado no cálculo da renda vitalícia de invalidez.

Unidade mínima Faeces

Valor correspondente a R\$ 562,85 em 31 dezembro de 2019, reajustado anualmente, no mês de maio, pela variação do INPC, da Fundação IBGE.

c) Condições gerais para concessão e manutenção dos benefícios

- **Carências (aposentadoria programada):** a complementação de aposentadoria será concedida ao participante que a requerer, desde que:
 - Tenha completado dez anos de contribuição para o Plano;
 - Comprove a cessação do vínculo empregatício com o patrocinador;
 - Tenha atingido a idade mínima:
 - > Aposentadoria normal: 55 anos de idade;
 - > Aposentadoria antecipada: 50 anos de idade;
- **Carência (aposentadoria por invalidez)**
 - > Tempo mínimo de plano: 2 anos, exceto nos casos de invalidez involuntária;
 - > Concessão do respectivo benefício básico pela previdência oficial.
 - > Da renda de aposentadoria normal e antecipada.

O valor inicial do benefício de aposentadoria normal ou antecipada será obtido a partir da conversão atuarial em renda vitalícia do saldo de conta aplicável na data do requerimento, conforme as regras estabelecidas no Regulamento.

Renda de Aposentadoria por Invalidez

O valor inicial do benefício de aposentadoria por invalidez corresponderá ao maior valor entre:

- O resultado da conversão atuarial do saldo de conta aplicável na data do requerimento em renda mensal vitalícia;
- A diferença de 60% do salário real de benefício e dez unidades mínimas Faeces;
- 10% do salário real de benefício.

Renda de pensão por morte em atividade

O valor inicial do benefício de pensão por morte em atividade corresponderá ao maior valor entre:

- O resultado da conversão atuarial do saldo de conta aplicável no mês de falecimento do participante em renda mensal vitalícia;
- A diferença de 60% do salário real de benefício e dez unidades mínimas Faeces;
- 10% do salário real de benefício;

Renda de pensão por morte na aposentadoria

- No caso de falecimento de assistido em gozo do benefício de aposentadoria normal ou de aposentadoria antecipada, o valor mensal do benefício de pensão por morte após a aposentadoria será igual a um percentual do valor do benefício que o assistido percebia da Faeces, variável entre 60% e 100%, de acordo com a opção feita pelo participante falecido na data da sua aposentadoria;
- No caso de falecimento de assistido em gozo do benefício de aposentadoria por invalidez que tenha beneficiário, o valor mensal do benefício de pensão por morte após a aposentadoria será igual a 100% do valor do benefício que o assistido percebia da Faeces.

Pecúlio por morte

Benefício de pagamento único devido em caso de morte do participante ativo ou assistido, de valor correspondente a cinco vezes o valor da renda de aposentadoria que ele percebia ou que perceberia caso se invalidasse na data do óbito.

Reajuste

- As suplementações serão reajustadas no mês de maio de cada ano pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), divulgado pelo IBGE, no período compreendido entre maio do ano anterior ao de competência do reajuste e abril do ano de competência do reajuste.

19.3. Premissas utilizadas para o cálculo do passivo e das projeções

As premissas atuariais representam o conjunto de variáveis ou hipóteses admitidas nas avaliações anuais para projeção dos com-

COMPANHIA ESPÍRITO-SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

promissos com benefícios definidos. Os itens seguintes registram as principais hipóteses atuariais adotadas na avaliação atuarial, classificadas em quatro categorias: econômicas, biométricas, demográficas e outras.

19.3.1. Hipóteses econômicas e financeiras

19.3.1.1. Indicadores

- Indexador econômico: INPC;
- Retorno dos investimentos: indexador econômico + 3,10% a.a.;
- Inflação futura estimada para cálculo das perdas e ganhos: 3,61% a.a.;
- Taxa para desconto a valor presente: inflação + 3,10 % a.a.;
- Crescimento real anual de salários: 1,83%;
- Crescimento real dos benefícios do plano: nulo.

19.3.1.2. Fator de capacidade

O fator de capacidade reflete o impacto da deterioração pela inflação de valores monetários entre duas datas-base de reajuste:

- Capacidade salarial:** Não adotado;
- Capacidade do benefício:** Não adotado.

19.3.1.3. Hipóteses biométricas e demográficas

19.3.1.4. Biométrica (ativos, aposentados e pensionistas)

- Mortalidade geral:** AT-2000 segregada por sexo;
- Entrada em invalidez:** LIGHT (fraca);
- Mortalidade de inválidos:** IAPB 57 Fraca.

19.3.1.5. Demográfica (ativos)

- Rotatividade:** fechado para novas adesões;
- Geração futura:** Não adotada. Os compromissos dos novos ingressantes são apurados somente após sua efetiva adesão ao plano.

19.3.1.6. Outras hipóteses

- Entrada em aposentadoria: 100% dos participantes ativos se aposentarão quando se habilitarem ao benefício regulamentar;
- Composição familiar do participante: considera-se que 90% serão casados na aposentadoria, sendo as esposas quatro anos mais jovens, com dois filhos dependentes, cuja maioridade será alcançada quando ele atingir 55 anos;
- Composição familiar do participante aposentado e do pensionista: adotada a composição familiar real.

Os valores reconhecidos no Balanço Patrimonial nos exercícios ora apresentados abaixo são:

Plano de Benefício Definido

Exercício fiscal findo em: **31.12.2019** **31.12.2018**

A. Reconciliação do valor das obrigações atuariais

Valor das obrigações no início do ano	389.845	404.954
Custo do serviço corrente	1.897	2.878
Juros sobre a obrigação atuarial	33.074	38.544
Benefícios pagos no ano	(26.219)	(25.107)
(Ganho)/perda atuarial.....	81.294	(31.424)
Valor das obrigações no final do ano	479.891	389.845

B. Reconciliação do valor justo dos ativos

Valor justo dos ativos no início do ano...	334.731	303.558
Rendimento esperado no ano	28.579	28.946
Contribuições de patrocinadoras	1.166	1.642
Contribuições extraordinárias patronais...	5.702	5.702
Contribuição de participantes vertidas ao Plano	4.334	5.177
Contribuições extraordinárias participantes.....	-	108
Contribuições para custeio administrativo..	(2.871)	(2.539)
Benefícios pagos no ano	(26.276)	(25.107)
Ganho/(perda) atuarial nos ativos do plano	54.915	17.244
Valor justo dos ativos no final do ano	400.280	334.731

C. Conciliação dos valores reconhecidos no balanço

Valor presente das obrigações atuariais com cobertura.....	479.891	389.845
Valor justo dos ativos do plano	(400.280)	(334.731)
Déficit/(superávit) para cobertura de planos.....	79.611	55.114
Contrato de confissão de dívida contabilizado.....	5.701	11.403
Total do passivo a ser reconhecido ..	73.910	43.711

Passivo/(ativo) líquido

D. Componentes da despesa / (receita) do plano

Custo do serviço corrente	1.897	2.878
Juros sobre as obrigações atuariais	33.074	38.544
Rendimento esperado dos ativos do plano	28.579	28.946
Total da despesa (receita) a ser reconhecida	63.550	70.368

E. Resumo dos dados cadastrais

Participantes ativos

Quantitativo.....	355	368
Salário médio (R\$)	7.732	7.236
Idade média	58	58
Tempo médio para aposentadoria	3	4
Tempo médio de serviço	34	33

Aposentados

Quantitativo.....	737	753
Idade média	69	68
Valor médio das contribuições (R\$)	188	176
Benefício médio (R\$).....	2.502	2.337

Pensões

Quantitativo.....	217	211
Idade média	66	65
Benefício médio.....	840	792

Hipóteses usadas para determinar a despesa/(receita) do plano

Taxa de juros nominal:	3,10	4,57
Projeção salarial (ao ano):	1,83	1,50
Inflação (ao ano):	3,61	3,96

Projeção da despesa/(receita) para exercício de 2020

Custo do serviço corrente bruto.....	2.851
Juros líquidos sobre obrigação atuarial ..	32.130
Contribuições de participantes.....	6.282
Contribuições normais patronais.....	1.224
Contribuições extraordinárias patronais..	6.863
Benefícios pagos no ano	(28.196)
Rendimento esperado dos ativos.....	26.891
Total da (despesa) / receita a ser reconhecida	48.045

Composição da carteira

	R\$	%
Títulos públicos	172.943	43
Fundos de investimento.....	174.101	44
Investimentos imobiliários	687	-
Empréstimos e financiamentos	3.863	1
Outros ativos e passivos.....	(181)	-
Ajuste a mercado	48.803	12
Ativo líquido	400.216	100,00

Teste de sensibilidade das hipóteses

a) Sensibilidade da taxa de desconto sobre as obrigações calculadas

Taxa	Total da obrigação	Variação %
Real.....	479.891	-
Aumento (1%)	427.157	(0,11)
Redução (1%).....	538.071	0,12

COMPANHIA ESPÍRITO-SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

b) Sensibilidade do crescimento salarial sobre as obrigações calculadas

Taxa	Total da obrigação	Variação %
Real.....	479.891	-
Aumento (1%).....	485.334	0,01
Redução (1%).....	474.510	(0,01)

Ativos do Plano

A composição dos ativos financeiros do Plano está abaixo discriminada:

Ativos do Plano	R\$	%
Títulos públicos	11.652	22%
Fundos de investimento.....	35.480	66%
Empréstimos e financiamentos	1.259	2%
Disponível	25	0%
Passivo de investimentos (-)	1	0%
Ajuste a mercado	5.610	10%
Ativo líquido	54.024	100%

19.4. Confissão de dívida

A companhia assinou contrato de confissão de dívida, obrigando-se ao pagamento em 17 anos, contados a partir de janeiro de 2001, do valor referente ao tempo de serviço dos seus empregados, transcorrido anteriormente à criação da Faeces. Tal contrato foi averbado como tempo de contribuição efetiva, em conformidade com o que dispõe a Deliberação nº 1.812/94 aprovada pelo Conselho de Administração da Cesan em sua 514ª Reunião.

Em 17 de janeiro de 2008 foi assinado termo aditivo ao contrato de confissão de dívida com pacto adjecto de caução entre a Cesan e a Faeces, no qual é confessada a dívida de R\$ 51.394 que deverá ser paga em 120 parcelas mensais e sucessivas a partir de janeiro de 2008, vencendo a última em 31 de dezembro de 2017.

Adicionalmente ao valor da parcela a amortizar, a Cesan obriga-se a pagar mensalmente, sobre o saldo devedor, uma taxa de juros de 6% ao ano, acrescida do INPC-IBGE do mês anterior ao mês de competência de cada parcela.

Em 30 de dezembro de 2014, foi assinado o Termo Aditivo nº 02 ao contrato de confissão de dívida para recompor as reservas matemáticas surgidas a partir da revisão do Plano de Carreiras e Remuneração (PCR) dos empregados no valor de R\$ 11.388, que deverá ser pago em 60 parcelas mensais e sucessivas a partir de janeiro de 2015, inclusive, terminando em 31 de dezembro de 2019.

Em 24 de novembro de 2015, foi assinado o Termo Aditivo nº 03 ao contrato de confissão de dívida para recompor as reservas matemáticas surgidas a partir da revisão do Plano de Carreiras e Remuneração (PCR) dos empregados no valor de R\$ 7.063, que deverá ser pago em 60 parcelas mensais e sucessivas a partir de janeiro de 2016, inclusive, terminando em 31 de dezembro de 2020.

O quadro a seguir demonstra a posição da parcela amortizante, relativa ao compromisso da Cesan junto à Faeces.

	31.12.2019	31.12.2018
Passivo circulante	4.784	3.331
Passivo não circulante	1.425	8.552
Passivo de aposentadoria.....	73.910	43.711
Total.....	80.119	55.594

Quanto ao Plano de Contribuição Definida, a companhia repassou à Faeces, a título de contribuição patronal, até a data de 31/12/2019, os valores abaixo:

	31.12.2019	31.12.2018
Contribuição ao Plano II - CD.....	2.833	2.597
Total.....	2.833	2.597

20. CRÉDITOS DE ACIONISTAS

A companhia recebeu créditos monetários do Estado do Espírito Santo, seu acionista controlador, para execução de obras de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário para os municípios que detêm a concessão conforme quadro a seguir:

	31.12.2019	31.12.2018
Créditos monetários de acionistas.....	34.748	38.744
Total.....	34.748	38.744

Movimentação dos créditos de acionistas

	31.12.2018	Adições	Baixas	31.12.2019
Créditos para investimentos	38.744	40.466	44.462	34.748
Total.....	38.744	40.466	44.462	34.748

21. SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTO

A companhia recebe repasses de órgãos públicos para execução de obras em sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário em determinadas localidades e/ou regiões. Os valores são reconhecidos como receita quando do efetivo reconhecimento da despesa.

- Recursos recebidos para ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Novo Brasil e Adjacências, com a obra em operação;
- Recursos recebidos para ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Areinha e Adjacências, com a obra em operação;
- Recursos recebidos para implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Vila Itaúnas, município de Conceição da Barra, com a obra em operação;
- Recursos oriundos da isenção de ICMS nas operações internas com energia elétrica destinadas ao seu consumo, realizadas até 31 de dezembro de 2014, para serem gastos em investimentos nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário;
- Sistema de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Loteamento Cercado da Pedra, localizado no município de Serra, doado à Cesan pela Superintendência dos Projetos de Polarização Industrial (Suppin).
- Sistema de Esgotamento Sanitário do Bairro Grande Vitória e Adjacências, localizado no município de Vitória, repassado para operação da Cesan.
- Sistema de Abastecimento de Água do Distrito de Caxixe, construído pelo município de Venda Nova do Imigrante e repassado para operação da Cesan.
- Sistema de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Loteamento Morada do Sol, no município de Vila Valério.

	31.12.2019	31.12.2018
Município de Cariacica	290	298
Município de Viana.....	188	193
Secret. Estado de Turismo	500	714
Governo do Estado-Conv. ICMS	3.229	4.612
Suppin - Serra	4.536	4.653
Pref. Vitória	44.095	46.295
Vila Valério	426	-
Venda Nova do Imigrante	777	-
Total.....	54.041	56.765

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a. Gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da companhia referem-se a empréstimos a pagar, contas a pagar e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações. A companhia possui empréstimos e outros créditos, contas a receber de clientes e outras contas a receber à vista e em curto prazo que resultam diretamente de suas operações.

Visão geral

O quadro a seguir demonstra a posição em aberto referente a instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018:

COMPANHIA ESPÍRITO-SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

	Mensuração	31.12.2019		31.12.2018	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Instrumentos financeiros					
Ativos financeiros					
Empréstimos e recebíveis					
Caixa e equivalentes de caixa.....	Custo Amortizado	166.081	166.081	165.698	165.698
Contas a receber de clientes	Custo Amortizado	171.583	171.583	151.261	151.261
Depósitos vinculados.....	Custo Amortizado	94.534	94.534	46.703	46.703
Adiantamentos e convênios.....	Custo Amortizado	8.066	8.066	6.071	6.071
Contratos de concessão indenizáveis	Custo Amortizado	173.651	173.651	192.387	192.387
Total do ativo financeiro		613.915	613.915	562.120	562.120
Passivos financeiros					
Outros passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos	Custo Amortizado	222.788	222.788	223.931	223.931
Fornecedores	Custo Amortizado	43.894	43.894	39.387	39.387
Arredamento mercantil.....	Custo Amortizado	817	817	-	-
Créditos de acionistas	Custo Amortizado	34.748	34.748	38.744	38.744
Total passivo financeiro		302.247	302.247	302.062	302.062

A companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

I. Risco de mercado

O risco de mercado é o de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Englobam dois tipos: de juros e de preços.

Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a pagar e depósitos.

As análises de sensibilidade nas seguintes seções referem-se à posição em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

A análise de sensibilidade do respectivo item da demonstração de resultado é o efeito das mudanças presumidas nos respectivos riscos de mercado. Tem por base os ativos e passivos financeiros mantidos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

Risco de preço

O fluxo de caixa da Cesan não está sujeito às variações nos preços de mercado, visto que as tarifas são previamente definidas pela Agência de Regulação de Serviços Públicos do Espírito Santo (Arsp) para uma periodicidade anual.

Risco de taxa de juros

Este risco decorre da possibilidade da companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

A companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas.

No tocante a riscos de elevação a taxas de juros nacionais, a exposição da companhia ocorre em função do passivo líquido, indexado à variação da TR.

Outro risco que a companhia enfrenta é a não correlação entre os índices de atualização monetária de suas dívidas e das contas a receber. Os reajustes de tarifa de fornecimento de água e tratamento de esgoto não necessariamente acompanham os aumentos nas taxas de juros que afetam as dívidas da companhia.

Sensibilidade da taxa de juros

A tabela a seguir demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros nessa porção de empréstimos a pagar. Mantendo-se todas as outras variáveis constantes, o lucro da companhia antes da tributação é afetado pelo impacto sobre

empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis, como descritas a seguir:

	Aumento / redução em pontos-base	Efeito no lucro antes da tributação
31.12.2019		
R\$ 222.788.....	+ 0,5%	1.118
	- 0,5%	(1.118)
31.12.2018		
R\$ 223.931.....	+ 0,5%	1.120
	- 0,5%	(1.120)

A movimentação presumida em pontos base para a análise de sensibilidade à taxa de juros nas taxas atualmente praticadas no ambiente de mercado não demonstra que possam impactar o resultado da companhia.

Perfil

Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da companhia era:

	Valor contábil	
	31.12.2019	31.12.2018
Instrumentos de taxa fixa		
Ativos financeiros	613.915	562.120
Passivos financeiros	(302.247)	(302.062)
	311.668	260.058

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos financeiros de taxa fixa

A companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado, e não designa derivativos (*swap* de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de *hedge* de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

Valor justo contra valor contábil

O valor justo dos ativos e passivos financeiros juntamente com os valores contábeis apresentados nas demonstrações contábeis são os seguintes:

A companhia reconhece seus créditos a receber pelo valor contábil, uma vez que os juros incidentes sobre as faturas de águas e esgoto são calculados entre a data de vencimento da fatura e o efetivo pagamento, momento que é reconhecido contabilmente:

COMPANHIA ESPÍRITO-SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

	Nota	Mantidos até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Passivos financeiros ao custo amortizado	Total contábil
31 de dezembro de 2019					
Caixa e equivalentes de caixa.....	4	-	166.081	-	166.081
Depósitos vinculados.....	5	-	94.534	-	94.534
Contas a receber de clientes e outros créditos	6	-	171.583	-	171.583
Adiantamentos e convênios.....	8	-	8.066	-	8.066
Contrato de concessão indenizáveis	12	-	173.651	-	173.651
		-	613.915	-	613.915
Empréstimo e financiamentos	15	-	-	222.788	222.788
Fornecedores	14	-	-	43.894	43.894
Arrendamento mercantil.....	13	-	-	817	817
Crédito de acionistas.....	20	-	-	34.748	34.748
		-	-	302.247	302.247

	Nota	Mantidos até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Passivos financeiros ao custo amortizado	Total contábil
31 de dezembro de 2018					
Caixa e equivalentes de caixa.....	4	-	165.698	-	165.698
Depósitos vinculados.....	5	-	46.703	-	46.703
Contas a receber de clientes e outros créditos	6	-	151.261	-	151.261
Adiantamentos e convênios.....	8	-	6.071	-	6.071
Contrato de concessão indenizáveis	12	-	192.387	-	192.387
		-	562.120	-	562.120
Empréstimo bancário garantido	15	-	-	223.931	223.931
Fornecedores	14	-	-	39.387	39.387
Crédito de acionistas.....	20	-	-	38.744	38.744
		-	-	302.062	302.062

Taxas de juros utilizadas para determinar o custo amortizado

	31.12.2019	31.12.2018
Empréstimos e financiamentos	6,92	6,52
	6,92	6,52

Taxa de desconto

A taxa de desconto aplicada aos fluxos de caixa da companhia foi baseada na taxa de juros livre de risco para títulos de dez anos emitidos pelo Tesouro Nacional, ajustada para um prêmio de risco para refletir os riscos relacionados a um investimento em títulos patrimoniais, ao risco sistemático da Tall Tree PLC e ao risco específico da companhia, considerando que este não foi refletido nos fluxos de caixa.

II. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. A companhia deve, por força da lei, aplicar seu caixa excedente junto a instituições financeiras oficiais. Os riscos de crédito são atenuados pela venda a uma base de clientes geograficamente dispersa.

Contas a receber

O risco de crédito do cliente está sujeito a procedimentos, controles e políticas estabelecidas pela companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. Parte substancial das vendas é pulverizada entre um grande número de clientes.

No caso desses clientes, o risco de crédito é mínimo devido à pulverização da carteira e aos procedimentos de controle, que monitoram esse risco. Os créditos de liquidação duvidosa estão ade-

quadamente cobertos por provisão para eventuais perdas na sua realização.

Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da companhia de acordo com a política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente.

Conta-corrente, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo (*)

	31.12.2019	31.12.2018
AAA.....	716	521
AA+.....	91.499	97.452
AA-.....	240	265
A+	168.147	114.163
A.....	13	-
	260.615	212.401

(*) Conforme classificação de rating pela agência de risco Fitch Rating

III. Risco de liquidez

A liquidez da companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras do governo estadual e federal, e financiamentos nos mercados internacionais e locais.

A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a companhia dispõe de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacional.

A companhia não possui operações com instrumentos financeiros derivativos.

COMPANHIA ESPÍRITO-SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros liquidados pelo valor líquido, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. Os saldos devidos em até 12 meses são iguais aos saldos a transportar, uma vez que o impacto do desconto não é significativo:

	Faixas de vencimento (i)				Total
	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos	
Em 31 de dezembro de 2019					
Empréstimos e financiamentos	13.649	26.721	27.179	155.239	222.788
Créditos de acionistas	34.748	-	-	-	34.748
Arrendamento mercantil	516	301	-	-	817
Fornecedores e outras obrigações	43.078	816	-	-	43.894
	91.991	27.838	27.179	155.239	302.247
Em 31 de dezembro de 2018					
Empréstimos e financiamentos	12.589	27.195	27.722	156.425	223.931
Créditos de acionistas	38.744	-	-	-	38.744
Fornecedores e outras obrigações	38.571	816	-	-	39.387
	89.904	28.011	27.722	156.425	302.062

(i) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações legais e estatutárias como impostos, dividendos, juros sobre capital próprio, previdência complementar, provisões etc.

b. Gestão de risco de capital

Os objetivos da companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A companhia monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida:

	31.12.2019	31.12.2018
Total dos empréstimos e debêntures (Nota 15)	222.788	223.931
Menos: caixa e equivalente de caixa (Nota 04)	166.081	165.698
Dívida líquida	56.707	58.233
Total do patrimônio líquido	2.742.186	2.538.848
Total do capital	2.798.893	2.597.081
Índice de alavancagem financeira %	2	2
Índice de capital de terceiros %	2	2

23. PARTES RELACIONADAS

23.1. Governo do Estado

A companhia é controlada diretamente pelo Governo do Estado com 85,84% das ações e, de forma indireta, por meio da Agência de Desenvolvimento em Redes do Estado do Espírito Santo, com 13,95% de ações, totalizando 99,79% das suas ações. Os 0,21% remanescentes das ações são detidos por acionistas não controladores.

Além do saldo decorrente dos investimentos realizados pelo Governo do Estado por meio de aporte de recursos para realização de obras, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 20, as demais transações com partes relacionadas são decorrentes do fornecimento de água e dos serviços de esgotamento sanitário para os órgãos ligados à Administração Pública do Estado.

O detalhamento do saldo de contas a receber de órgãos públicos e os valores faturados até 31 de dezembro de 2019 estão demonstrados nas Notas nºs 6.1 e 25.1, respectivamente.

A companhia destinou aos acionistas juros sobre capital próprio no valor de R\$ 86.700 (R\$ 90.000 em 31/12/2018), que dependem de aprovação da Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas.

23.2. Fundação Assistencial dos Empregados da Cesan – Faeces

A companhia realiza operações com a Faeces como patrocinadora dos planos de Benefício Definido, Contribuição Definida e Plano de Saúde no valor total de R\$ 32.197 (R\$ 28.922 em 31/12/2018). Não existem operações comerciais entre as partes.

23.3. Remuneração aos administradores

A remuneração global anual dos administradores para 31 de dezembro de 2019 paga a título está detalhada abaixo:

	31.12.2019	31.12.2018
Remuneração	2.282	2.168
Encargos sociais	598	573
Participação nos resultados	154	100
Benefícios	57	51
	3.091	2.892

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

24.1. Capital social

O capital social, em 31 de dezembro de 2019, é de R\$ 2.519.733.059 (R\$ 2.297.000.059 em 31 de dezembro de 2018), representado por 2.519.733.059 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada:

COMPANHIA ESPÍRITO-SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

Acionistas	Quantidade de ações	%
Governo do Estado do Espírito Santo.....	2.162.967.867	85,84%
Agência de Desenvolvimento em Redes do Espírito Santo	351.433.478	13,95%
Minoritários	5.331.714	0,21%
	2.519.733.059	100%

24.2. Reserva legal

A reserva legal é constituída em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76 e o artigo 30, letra "a", do Estatuto Social da companhia, a base de 5% do lucro líquido, não excedendo a 20% do capital social integralizado. O valor reconhecido neste exercício foi de R\$ 9.634 (R\$ 9.590 em 31/12/2018). A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

24.3. Dividendos

Conforme estabelecido na alínea "b" do art. 32 do Estatuto Social, uma quota destinada ao pagamento de dividendos aos acionistas, a razão mínima de 25%.

Para atender a essa disposição estatutária, a administração entende que os juros sobre capital próprios propostos cobrem o montante requerido, conforme demonstrado a seguir:

O valor apurado dos juros sobre capital próprio em 31/12/2019 foi de R\$ 86.700 (R\$ 90.000 em 31/12/2018), sendo retido o valor de R\$ 28 (R\$ 30 em 31/12/2018) a título de Imposto de Renda Retido na Fonte.

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Lucro líquido do exercício.....	192.686	191.791
Reserva legal (5%)	(9.634)	(9.590)
Realização da reserva de reavaliação.....	5.483	5.791
Base de cálculo dos dividendos.....	188.851	188.567
Dividendos e juros s/ capital próprio (25%)	47.134	46.998
Juros sobre capital próprio.....	86.700	90.000
Imposto de renda retido na fonte.....	(28)	(30)
Valor líquido para distribuição	86.672	89.970

24.4. Reserva de reavaliação

A companhia realizou no exercício a título de reserva de reavaliação o montante de R\$ 5.483 (R\$ 5.791 em 31/12/2018), líquido do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro. A realização da reserva ocorre na mesma proporção das baixas e depreciações dos bens patrimoniais registrados no ativo imobilizado e intangível, objeto das reavaliações.

24.5. Reserva para investimentos

De acordo com o Estatuto da companhia, em seu artigo 33, parágrafo 1º, letra "c", o lucro do exercício poderá ser destinado à constituição de reservas especiais a serem estabelecidas pela Assembleia Geral. Esta destinação é realizada somente ao final do exercício.

A companhia apurou no exercício de 2019 o valor de R\$ 96.917 (R\$ 94.191 em 31/12/2018) e propõe a retenção dos lucros para aplicação em novas obras nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário para o exercício de 2020, conforme detalhado abaixo e aprovado no Plano de Negócios da Cesan.

Programas	Previstos 2020		
	Recursos próprios	Outras fontes	Total previsto
Implant. e ampl. sist. abast. água	85.720	32.649	118.369
Implant. e ampl. sist. esgot. sanitário	100.563	116.029	216.592
Desenv. operacional / institucional.....	79.403	7.355	86.758
	265.686	156.033	421.719

24.6. Reserva de incentivos fiscais

Constituída no montante de R\$ 3.927 (R\$ 3.801 em 31/12/2018), referente à parcela de lucro líquido decorrente de doações e subvenções governamentais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/76.

24.7. Outros resultados abrangentes

Conforme orientação do Pronunciamento CPC 33 (R1), a companhia reconhece o valor justo do passivo atuarial no valor de R\$ 73.910 (R\$ 43.711 em 31/12/2018), referente ao seu plano de Benefício Definido (Nota 19) decorrente dos ganhos ou das perdas atuariais. Eles são registrados diretamente no patrimônio líquido.

24.8. Participação dos empregados nos lucros da companhia

A Administração da companhia, em consonância com o Estatuto Social, artigo 30, letra "d" do Estatuto Social da Cesan, distribui a seus empregados um percentual do lucro líquido do exercício, como participação dos empregados nos lucros, intitulado Gestão Empresarial por Resultados (GER).

A GER consiste num programa interno de avaliação de desempenho baseado na Lei nº 10.101/2000, alterada pela Lei nº 12.832/2013 e aprovado pela Deliberação nº 4508/2018 de 18/12/18.

A cláusula sétima do "Acordo para Participação dos Resultados" firmado entre a Cesan e o Sindicato dos Trabalhadores em Água e Esgoto e Meio Ambiente do Espírito Santo (Sindaema) define que: (i) A parcela a ser distribuída a título de participação será definida pelo alcance das metas de desempenho estabelecidas para o período, proporcional ao salário-base do empregado, limitado ao montante equivalente ao valor de 11% do lucro líquido da empresa, observada a Lei 6.404/76, em especial o artigo 190, e demais regras contábeis aplicáveis; e (ii) Caso a pontuação global das diretorias da Cesan seja superior a 85 pontos (dos 94 possíveis, sem considerar a pontuação individual de cada diretor), e somente nesta hipótese, a Cesan se compromete a partilhar 8% do lucro líquido da empresa, observada a Lei 6.404/76, em especial o artigo 190, e demais regras contábeis aplicáveis, de forma linear, como parcela excedente, considerando-se as demais regras de apuração proporcional estabelecidas no presente regulamento e os descontos individuais.

A companhia destinou do resultado apurado em 31/12/2019 o montante de R\$ 13.332 (R\$ 13.290 em 31/12/2018) para fazer face a esse compromisso.

Participação dos empregados	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Início do exercício.....	13.290	9.637
Pago no exercício	(13.124)	(9.430)
Constituído no exercício.....	13.166	13.083
Final do exercício.....	13.332	13.290

Lucro de exercício	202.966
Reversão da GER.....	13.166
Lucro após reversão da GER.....	216.132
Reversão da CSLL sobre a GER.....	(11.465)
Lucro do exercício para GER.....	204.667
Recálculo benefício fiscal (JSCP)	5.947
Lucro para distribuição	210.614
Valor máximo a distribuir - 15%	16.849

COMPANHIA ESPÍRITO-SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

25. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>Número de economias</u>		<u>Valores em R\$ mil</u>	
	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Fornecimento de água				
Residencial	824.077	814.963	456.909	433.278
Comercial	67.492	67.145	87.871	84.354
Industrial	932	992	77.796	68.709
Órgãos públicos.....	4.643	4.657	44.488	38.481
Outras receitas do fornecimento de água		-	3.715	6.393
	897.144	887.757	670.779	631.215
Serviços de esgotamento sanitário				
Residencial	485.462	470.404	211.718	193.254
Comercial	42.691	41.689	55.018	51.366
Industrial	544	572	4.628	4.472
Órgãos públicos.....	2.095	2.044	20.145	16.938
Outras receitas dos serviços de esgoto	-	-	138	901
	530.792	514.709	291.647	266.931
			962.426	898.146
(-) Deduções da receita				
PIS			(16.143)	(15.100)
Cofins			(74.736)	(69.932)
			(90.879)	(85.032)
Total			871.547	813.114

25.1. Faturamento com partes relacionadas

As receitas por serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário para órgãos vinculados ao Estado do Espírito Santo são abaixo demonstradas.

Nome	31.12.2019	31.12.2018
Arquivo Público Estadual.....	17	15
Banestes	88	104
Bandes	23	23
Assembleia Legislativa	274	247
Ceasa	321	-
Companhia de Transportes Urbanos da Grande Vitória.....	1.199	996
Corpo de Bombeiro Militar	90	68
Departamento Imprensa Oficial	7	8
Depto. Estradas de Rodagem	60	55
Detran do Espírito Santo.....	62	75
Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo.....	47	29
Estado do Espírito Santo.....	213	192
Faculdade de Música do Espírito Santo.....	20	18
Hospital da Polícia Militar	1.123	661
Iema - Instit. Est. Meio Ambiente e Recursos Hídricos	82	83
Inst. Atend. Socioeducativo ES	553	564
Inst. Capixaba de Pesquisa Assist. Técnica Ext. Rural	35	44
Inst. de Defesa Agrop. e Florestal do ES ...	63	59
Inst. de Tecnologia da Informação e Comunicações do ES.....	25	24

Nome	31.12.2019	31.12.2018
Inst. Jones dos Santos Neves.....	15	16
Ipem - Instituto de Pesos e Medidas do ES	13	14
Ipajm - Instituto de Previdência do Espírito Santo	26	25
Junta Comercial do ES Jucees	21	18
Ministério Público do Estado ES	228	196
Polícia Civil Delegacias Distritos.....	379	321
Polícia Militar do Estado do Esp. Santo.....	-	636
Procuradoria Geral do Estado - PGE.....	34	23
Rádio e TV Espírito Santo	18	21
Secr. de Estado da Saúde	3.780	3.742
Secr. de Segurança Pública	698	75
Secr. de Ciência e Tecnologia.....	63	54
Secr. Estadual da Agricultura.....	269	573
Secr. Estadual da Cultura.....	53	60
Secr. Estadual da Fazenda.....	56	59
Secr. Estadual da Justiça	11.505	9.595
Secr. Estadual de Esportes e Lazer	395	260
Secr. Estadual de Educação.....	5.111	4.558
Secr. Estadual Gestão e Recursos Humanos.....	139	118
Tribunal de Contas do Estado	91	84
Tribunal de Justiça	759	811
Outros	18	5
Total geral	27.973	24.529

COMPANHIA ESPÍRITO-SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A companhia apresenta abaixo o detalhamento de receitas, custos e despesas dos segmentos operacionais existentes, serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário:

2019	Água	Esgoto	Saldo 31.12.2019
Receita operacional bruta	670.780	291.646	962.426
Deduções da receita (Pasep e Cofins)	(63.348)	(27.531)	(90.879)
Receita operacional líquida	607.432	264.115	871.547
Custo	(310.273)	(149.737)	(460.010)
Lucro bruto	297.159	114.378	411.537
Despesas comerciais	(46.154)	(15.090)	(61.244)
Despesas administrativas	(68.659)	(35.126)	(103.785)
Outras receitas/desp. operacionais	3.303	3.954	7.257
Resultado financeiro	23.660	(1.433)	22.227
Participação nos resultados	(9.178)	(3.988)	(13.166)
Provisões	(41.994)	(17.866)	(59.860)
Lucro antes dos impostos e contribuições	158.137	44.829	202.966
Contribuição social sobre o lucro	(7.166)	(3.114)	(10.280)
Lucro líquido do exercício	150.971	41.715	192.686

2018	Água	Esgoto	Saldo 31.12.2018
Receita operacional bruta	631.216	266.930	898.146
Deduções da receita (Pasep e cofins)	(59.477)	(25.555)	(85.032)
Receita operacional líquida	571.739	241.375	813.114
Custo	(297.380)	(136.064)	(433.444)
Lucro bruto	274.359	105.311	379.670
Despesas comerciais	(88.029)	(15.842)	(103.871)
Despesas administrativas	(66.806)	(26.197)	(93.003)
Outras receitas/desp. operacionais	6.560	2.738	9.298
Resultado financeiro	25.106	(1.857)	23.249
Participação nos resultados	(9.136)	(3.947)	(13.083)
Provisões	(407)	(154)	(561)
Lucro antes dos impostos e contribuições	141.647	60.052	201.699
Contribuição social sobre o lucro	(6.934)	(2.974)	(9.908)
Lucro líquido do exercício	134.713	57.078	191.791

27. CUSTOS DE SERVIÇOS PRESTADOS

	31.12.2019	31.12.2018
Despesas com pessoal	(116.936)	(114.099)
Despesas com materiais	(20.564)	(16.969)
Despesas com serv. terceiros	(134.085)	(122.466)
Depreciação/amortização	(92.397)	(89.337)
Energia elétrica	(96.028)	(90.573)
	(460.010)	(433.444)

28. RESULTADO FINANCEIRO

As receitas e despesas financeiras estão demonstradas como segue:

	31.12.2019	31.12.2018
Receitas de juros e acréscimos	22.797	27.550
Receitas financ. de ganho com aplicações	13.579	9.187
Outras receitas financeiras	716	842
	37.092	37.579
Despesas com juros e demais encargos de financiamentos	(14.865)	(14.330)
	(14.865)	(14.330)
	22.227	23.249

29. DESPESAS COMERCIAIS

As despesas comerciais estão demonstradas como segue:

	31.12.2019	31.12.2018
Despesas com pessoal	(22.096)	(21.943)
Despesas com materiais	(95)	(61)
Despesas com serv. de terceiros	(39.518)	(34.830)
Perdas no recebimento tarifas	(46.423)	(53.821)
Reversão de perdas	47.777	10.570
Outras despesas	(889)	(3.786)
	(61.244)	(103.871)

30. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	31.12.2019	31.12.2018
Despesas com pessoal	(59.412)	(58.780)
Despesas com materiais	(3.533)	(3.370)
Despesas com serv. de terceiros	(23.156)	(21.239)
Outras despesas	(6.837)	(5.797)
Despesas tributárias	(10.847)	(3.817)
	(103.785)	(93.003)

COMPANHIA ESPÍRITO-SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

31. OUTRAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS

	31.12.2019	31.12.2018
Subvenções para investimentos.....	3.927	3.801
Venda de bens do imobilizado	-	1.559
Vistorias e obras encomendadas.....	250	1.191
Pequenas receitas eventuais	798	985
Constituição de provisões	(67.396)	(12.222)
Reversão de provisões.....	7.536	11.662
Custo de bens baixados.....	(465)	(1.269)
	(55.350)	5.707

32. CONCILIAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação da despesa nominal da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva, apresentada na Demonstração de Resultado, é como segue:

	31.12.2019	31.12.2018
Resultado antes dos impostos	202.966	201.699
Juros sobre capital próprio.....	(87.600)	(90.000)
Base de cálculo	115.366	111.699
Adições	2.783	2.201
Exclusões	(3.927)	(3.807)
Lucro real.....	114.222	110.093

	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Imposto de renda e contribuição social..	-	10.280	-	9.908
Incentivos fiscais	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social - despesa nominal.....	-	10.280	-	9.908

Efeitos fiscais incidentes sobre:

- Prejuízos fiscais	-	5.619	-	(243)
- Expurgos de princípios contábeis - RTD ..	-	(34)	-	(3)
- IRRF / CSRF	-	-	-	(30)
- Outros.....	-	15.865	-	9.632
Imposto de renda e contribuição social - despesa efetiva	-	9.632	-	8.223
Alíquota efetiva	13,75%		8,62%	

32.1. Imunidade tributária sobre impostos federais "Ação Cível Ordinária nº 2730"

Através da Ação Cível Ordinária nº 2730 transitada em julgado pelo Supremo Tribunal Federal na data de 04/05/2017 foi concedida a Imunidade Tributária sobre impostos federais:

"...Conheço da ação quanto ao pedido de reconhecimento da imunidade recíproca (art. 150, VI, "a", CF) e de declaração de inexistência de relação jurídica-tributária entre a União e a Cesan. Julgo-os parcialmente procedentes, com fundamento no art. 21, § 1º, do CPC, para declarar a imunidade recíproca (e consequente inexistência de relação jurídica entre a Autora e a Ré que obrigue a primeira ao recolhimento de impostos federais) sobre bens, rendas e serviços da Autora utilizados na satisfação dos seus objetivos institucionais, excluídas eventuais atividades de exploração econômica, incrementem seu próprio patrimônio, do Estado, ou de partícipes integrantes do capital social da empresa."

Com essa decisão a companhia não realiza apuração e pagamento do IRPJ e outros impostos federais.

Em 27/06/2017 a Cesan peticionou na Justiça Federal no Espírito Santo Ação de Repetição de Indébito Tributário sob o nº 0017829-38.2017.4.02.5001, solicitando a restituição do Imposto de Renda pago pela companhia nos últimos cinco anos no valor de R\$ 89.379, atualizado pela Selic.

33. SEGUROS

A companhia possui contrato de Seguro de Garantia Judicial com a finalidade de garantir valores que seriam depositados e/ou bens penhorados em processos judiciais nas esferas cíveis, trabalhistas, tributárias e ambientais. Em 31/12/2019 existem 12 apólices representando 12 processos judiciais no montante de R\$ 3.709 com a seguradora Junto Seguros.

A companhia também firmou contrato com a Berkeley International do Brasil Seguros S/A para cobertura securitária na modalidade de responsabilidade civil para conselheiros, diretores e administradores da Cesan (D & O - Directors and Officers) com abrangência nacional, tendo como limite máximo de indenização R\$ 20.000, com vigência do contrato por 365 dias e encerramento em 30/07/2020.

A companhia também firmou contrato com a empresa Gente Seguros, cujo objeto é a prestação de serviços de seguro de vida em grupo, contemplando cobertura de indenizações referentes à morte natural ou acidental, e invalidez permanente por acidentes ou doença funcional, destinado aos empregados ativos e dirigentes da Cesan, conforme estabelecido na Cláusula 19ª do Acordo Coletivo 2019/2020 (ACT). Em 31/12/2019 existem 1.306 empregados cobertos pelo seguro. O valor do prêmio para morte natural é de R\$ 45 e para morte acidental R\$ 90. No caso de doença ou acidente em que o empregado tiver seqüela permanente de alguns dos membros do corpo, o valor é calculado de acordo com a tabela da Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Comprometimento de capital

A companhia assinou contratos para construção de novos empreendimentos em que as obrigações são contabilizadas à medida que os serviços são executados. Listamos a seguir os valores a vencer dos principais contratos com empreiteiros e fornecedores em aberto em 31 de dezembro de 2019:

	Faixas de vencimento (i)			
	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos
31 de dezembro de 2019				
Comprometimento de capital	336.009	212.570	198.155	1.373.261

34. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Entrada de nova concessão - Município de Aracruz (região litorânea)

Na data de 18/03/2020 foi assinado Contrato de Programa com o município de Aracruz por um prazo de 30 anos para prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário em toda a região litorânea dos bairros: Rio Preto, Praia Formosa, Santa Cruz, Portal de Santa Cruz, Nova Santa Cruz, Itaparica, São Francisco, Cruzeiro, Pontal de Piraqueaçu, Coqueiral, Praia dos Padres, Sauê, Mar Azul, Putiri, Praia dos Quinze, Pedrinhas, Barra do Sahy, Santa Marta, Barra do Riacho e Vila do Riacho, e das aldeias Caieiras Velha, Aldeia Nova, Boa Esperança, Três Palmeiras, e Piraqueaçu, considerada zona urbana, conforme definição do Plano Diretor Municipal (PDM) vigente, se houver.

b) COVID-19

A companhia implementou uma série de medidas administrativas de prevenção para que seus empregados não sejam expostos aos riscos trazidos pela Covid-19 como: (a) trabalho em *home office* para aqueles que exercem funções na área administrativa, (b) restrições de viagens para fora dos locais de trabalho, notadamente para fora do Estado, (c) antecipação da campanha de vacinação contra a gripe, (d) implantação de reuniões virtuais e (e) antecipação de férias e outras medidas trabalhistas possíveis para o pessoal não operacional, dentre outras medidas.

A companhia avalia que, até então, não há riscos de interrupção na cadeia de suprimentos que possam afetar custos e tempo de entrega de matérias-primas necessárias para o processo de tratamento de água e esgoto sanitário, de forma a manter o serviços com qualidade para o uso dos nossos clientes neste momento de grande necessidade de uso da água como importante meio de manter a higiene.

Em 19 de março de 2020 a companhia suspendeu o atendimento presencial nos escritórios de atendimento e estabeleceu a suspensão do serviço de interrupção do fornecimento de água pelo período de 30 dias ou enquanto perdurar a situação de emergência.

A Diretoria e o Conselho de Administração da companhia aprovaram a isenção do pagamento da tarifa referente às faturas com referência nos meses de março e abril de 2020 para os imóveis residenciais cujo titular é beneficiário da tarifa social cadastrado até 19/03/2020.

Diante de todo o cenário de enfrentamento da Covid-19, o Governo do Estado emitiu diversos decretos de emergência em saúde pública no Estado, com suspensão das atividades do comércio, serviços e órgãos públicos, exceto aqueles de natureza essencial. Com isso,

COMPANHIA ESPÍRITO-SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

foi avaliada uma possível diminuição nas receitas operacionais com esses setores. Em contrapartida, poderá ocorrer um aumento no consumo residencial. Em relação ao setor industrial, entendemos que neste momento não está muito claro, pois existem os que aumentarão a produção e, portanto, a demanda de água, e terão que

reduzi-la, sendo que as oscilações de consumo e faturamento são monitoradas periodicamente pela Administração.

Por fim, a companhia entende que não é possível avaliar todos os impactos que a Covid-19 poderá trazer no futuro. Por este motivo, esse tema está sendo avaliado diariamente.

COMPANHIA ESPÍRITO-SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

Carlos Aurélio Linhalis
Diretor-Presidente

Weydson Nascimento Ferreira
Diretor Administrativo e Comercial

Rodolpho Gomes Có
Diretor Operacional

Thiago José Gonçalves Furtado
Diretor de Engenharia e Meio Ambiente

Edmar José Zorzal
Gerente Financeiro e Contábil CRC-ES 6664-O

Reginaldo José de Castro
Contador CRC-ES 11475-O

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2019

Aos

Acionistas, Conselheiros, Diretores e demais Administradores da

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN | CNPJ Nº 28.151.363/0001-47

Av. Governador Bley, 186, Edifício BEMGE, 3º Andar, Centro - CEP: 29.010-150 - Vitória/ES - site: www.cesan.com.br

Prezados Senhores,

1) OPINIÃO SEM RESSALVA

Examinamos as demonstrações contábeis da **COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN** em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

2) BASE PARA OPINIÃO SEM RESSALVA

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à CESAN, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva.

3) ÊNFASE

3.1) Eventos Subsequentes:

Mantendo nossa opinião inalterada, enfatizamos para os eventos mencionados na nota explicativa nº 34 que passamos a transcrever:

b) COVID-19

A Companhia implementou uma série de medidas administrativas de prevenção para que seus empregados não sejam expostos aos riscos trazidos pela covid-19 como: (a) trabalho em home office para aqueles que exercem suas funções na área administrativa (b) restrições de viagens para fora dos locais de trabalho, notadamente para fora estado, (c) antecipação da campanha de vacinação contra a gripe (d) implantação de reuniões virtuais e (e) antecipação de férias e outras medidas trabalhistas possíveis, para o pessoal não operacional, dentre outras medidas.

A Companhia avalia que, até então, não há riscos de interrupção na cadeia de suprimentos que possam afetar os custos e tempo de entrega de matérias primas necessárias para o processo de tratamento de água e esgoto sanitário, de forma a manter o serviços com qualidade para o uso dos nossos clientes neste momento de grande necessidade de uso da água como importante meio de manter a higiene.

Em 19 de março de 2020 a companhia suspendeu o atendimento presencial nos escritórios de atendimento; e estabeleceu a suspensão do serviço de interrupção do fornecimento de água pelo período de 30 dias, ou enquanto perdurar a situação de emergência.

A Diretoria e Conselho de Administração da Companhia aprovaram a isenção do pagamento da tarifa referente às faturas com

referência nos meses de Março e Abril de 2020, para os imóveis residenciais cujo titular é beneficiário da tarifa social cadastrados até 19/03/2020.

Diante de todo o cenário de enfrentamento do COVID-19, o Governo do Estado emitiu diversos decretos decretando emergência em saúde pública no estado, com suspensão das atividades do comércio, serviços e órgãos públicos, exceto aqueles de natureza essencial. Com isso, foi avaliada uma possível diminuição nas receitas operacionais com esses setores. Em contrapartida, poderá ocorrer um aumento no consumo residencial. Em relação ao setor industrial, entendemos que neste momento não está muito claro, pois existem setores que aumentarão a produção e, portanto, aumentará a demanda de água e outros setores terão que reduzi-la, sendo que as oscilações de consumo e faturamento são monitoradas periodicamente pela administração.

Por fim, a Companhia entende que não é possível avaliar todos os impactos que a COVID-19 poderá trazer no futuro, por este motivo esse tema está sendo avaliado diariamente pela administração.

4) PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA

Os Principais Assuntos de Auditoria (PAA's) são aqueles que, reputamos de maior relevância em função de sua materialidade financeira ou sua complexidade operacional, conforme o caso, a partir de nosso julgamento profissional, os quais foram considerados os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras tomadas em conjunto com as notas explicativas e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

4.1) Reconhecimento de Valores a Faturar

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 06, a **CESAN** reconhece mensalmente como receita operacional valores referentes a serviços prestados e não faturados aos usuários finais ("Valores a Faturar"). Uma vez que o faturamento é efetuado em uma base cíclica, que muitas vezes não coincide com os fechamentos mensais, a **CESAN** adota estimativas que incluem informações como média de consumo obtida na última leitura dos hidrômetros a ser atribuída a cada usuário para o período compreendido entre a data de leitura e o encerramento contábil, e atribuída a cada segmento de operação da Companhia.

Levando em consideração o montante envolvido, e o grau de julgamento da Administração na preparação dessa estimativa, entendemos que existem riscos relevantes referentes ao reconhecimento da receita em período incorreto e/ou risco de distorção relevante às demonstrações contábeis.

• Como nossos auditores abordaram esse assunto?

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros, o entendimento dos controles internos implementados pela **CESAN** sobre o processo de reconhecimento de receita, com foco no entendimento da metodologia utilizada para cálculo da estimativa de valores a faturar. Além disso, efetuamos recálculo da estimativa de faturamento, que resultaram nos saldos reconhecidos nas demonstrações contábeis.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as estimativas de reconhecimento dos valores a faturar da **CESAN** são apropriadas para suportar os julgamentos feitos e informações incluídas nas demonstrações contábeis como um todo.

COMPANHIA ESPÍRITO-SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

4.2) Provisões para demandas judiciais - tributárias, cíveis e trabalhistas

Conforme divulgado na nota explicativa 18, a CESAN é parte envolvida em diversos processos de natureza tributária, cível e trabalhista decorrentes do curso normal dos negócios. As estimativas de perdas são avaliadas periodicamente pela Administração, que levam em consideração a opinião dos assessores jurídicos que patrocinam as causas.

Algumas leis e regulamentos no Brasil tem elevado grau de complexidade o que aumenta o risco inerente ao litígio. Assim sendo, a avaliação da exposição, a mensuração, reconhecimento e divulgação das provisões e passivos contingentes, relativas a esses processos requer significativo julgamento profissional, o que pode resultar em mudanças substanciais nos saldos das provisões quando fatos novos surgem ou à medida que os processos são analisados em juízo, conforme ocorrido neste exercício.

Uma vez que provisões para demandas judiciais envolvem julgamento da Administração, ainda que com apoio de assessores jurídicos, consideramos este tema um dos principais assuntos de auditoria, também levando em consideração o volume dos processos existentes e a relevância dos valores envolvidos. Mudanças nos prognósticos e/ou julgamentos críticos da Administração sobre as probabilidades de êxito podem trazer impactos relevantes nas demonstrações contábeis.

• Como nossos auditores abordaram esse assunto?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envio de cartas de circularização para os advogados na data-base de 31 de dezembro de 2019, análise histórica e comparativa de causas similares, pesquisa através de inteligência robótica que busca pelo CNPJ(MF) diretamente junto aos "sítios" dos diversos Tribunais, o registro de ações impetradas, por ventura ainda não citadas ao polo passivo para cotejamento da efetividade operacional e implementação dos controles internos relacionados à identificação, à avaliação, à mensuração e à divulgação das Provisões e Passivos Contingentes.

Supletivamente, com base em testes de substância e de observância, avaliamos a suficiência das provisões reconhecidas e dos valores de contingências divulgados, por meio da avaliação dos critérios e premissas utilizadas e metodologia de mensuração, considerando ainda a avaliação dos assessores jurídicos da CESAN, bem como mediante dados e informações históricas acerca de mérito e jurisprudência a ser consideradas. Este trabalho incluiu também analisar se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis estão de acordo com as regras aplicáveis, segundo o arcabouço normativo do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, notadamente a NBC TG 25(R2) e, se fornecem informações sobre a natureza, a exposição e os valores provisionados ou divulgados, relativos aos principais assuntos fiscais, cíveis e trabalhistas em que a Companhia está envolvida.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as provisões para demandas judiciais - tributárias, cíveis e trabalhistas, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados para a determinação da probabilidade de perda associada as causas, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 18, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis.

4.3) Planos de benefícios pós-emprego

Conforme Nota Explicativa nº 19, a Companhia patrocina plano de pensão para seus funcionários, que inclui planos de benefício definido e contribuição definida, administrados pela FAECES - Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN, entidade fechada de previdência complementar, concedidos a colaboradores e ex-colaboradores, que envolvem a necessidade de utilização de uma adequada base de dados e a determinação de premissas com significativo grau de subjetividade, tais como: taxas de desconto, de inflação, crescimento dos custos médicos, taxa de permanência e de mortalidade. A apuração dos passivos atuariais é determinada a partir de laudos emitidos pelo seu atuário. As informações sobre ativos e passivos do plano, bem como os critérios de mensuração das obrigações estão descritas na nota explicativa supracitada.

O assunto foi considerado relevante para nossa auditoria, considerando o montante envolvido, e o alto grau de complexidade na determinação das premissas e no julgamento associado à determinação dos passivos atuariais. Variações nas premissas utilizadas, como mortalidade, rotatividade, taxas de desconto e inflação podem afetar significativamente os passivos reconhecidos pela Companhia.

• Como nossos auditores abordaram esse assunto?

Nossa abordagem de auditoria considerou, dentre outros, os seguintes procedimentos: Com o auxílio de nossos especialistas atuários, obtivemos entendimento das metodologias e julgamentos utilizados pela administração na determinação das premissas aplicadas ao cálculo das obrigações e sua consistência com os parâmetros de mercado.

Realizamos análises de sensibilidade considerando diferentes cenários das principais premissas utilizadas. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração são razoáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações contábeis.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as estimativas utilizadas no reconhecimento de passivos atuariais da Companhia são apropriadas para suportar os julgamentos e informações incluídas nas demonstrações contábeis como um todo.

5) OUTROS ASSUNTOS

5.1) Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações contábeis acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo critérios definidos no referido pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto.

5.2) Relatório da Administração

A administração da **CESAN** é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar.

5.3) Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por outros auditores, cujo Relatório de Auditoria foi emitido em 20 de março de 2019.

6) RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **CESAN** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **CESAN** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da CESAN são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

7) RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de au-

COMPANHIA ESPÍRITO-SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

ditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **CESAN**.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Agência. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **CESAN** a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Vitória/ES, 13 de Abril de 2020

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/PE 000150/O – CNAI/PJ nº 029– CVM nº 12327

Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira
Contador - CRC/PE 010483/O-9 "S" ES
Sócio Sênior – CNAI 1552

Phillipe de Aquino Pereira
Contador
CRC/PE 028157/O-2 "S" ES
CNAI 4747

Thomaz de Aquino Pereira
Contador
CRC/PE 021100/O-8 "S" ES
CNAI 4850

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, na qualidade de membros efetivos do Conselho Fiscal da Companhia Espírito-Santense de Saneamento (Cesan), dentro de suas responsabilidades legais, procederam aos exames do Relatório de Administração, das Demonstrações Financeiras e da Proposta para Destinação dos Lucros do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, e, baseados nos documentos examinados, nas informações recebidas

da Administração e no Relatório dos Auditores Independentes Audimec Auditores Independentes, datado de 13 de abril de 2020, são de opinião que os mesmos refletem em todos os seus aspectos materiais a posição patrimonial e financeira da Companhia Espírito-Santense de Saneamento (Cesan), manifestando-se favoráveis e recomendando neste sentido a sua aprovação integral pela Assembleia Geral de Acionistas.

Vitória, ES, 9 de junho de 2020.

Alaimar Ribeiro Rodrigues Fiusa
Conselheiro

Davi Diniz de Carvalho
Conselheiro

André Rosetti Bresciani
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31/12/2019

Os membros do Conselho de Administração da Companhia Espírito-Santense de Saneamento (Cesan), em reunião realizada nesta data, procederam ao exame do Balanço Patrimonial e das respectivas Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31

de dezembro de 2019, cujo Ativo/Passivo soma o montante de R\$ 3.427.021.070,00 (três bilhões, quatrocentos e vinte e sete milhões, vinte e um mil e setenta reais), aprovaram e opinaram pela sua aprovação, com base no Relatório dos Auditores Independentes.

Vitória, 16 de junho de 2020.

Rafael Grossi Gonçalves Pacífico
Presidente do C.A.

José Marcos Travaglia
Conselheiro

Cláudia Vera Dallapicola Teixeira Contarato
Conselheira

Carlos Aurélio Linhalis
Conselheiro

José Alves Paiva
Conselheiro

Fabiano Venturim Canal
Conselheiro

Pedro Meneguetti
Conselheiro

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA - ESTATUTÁRIO – 2019

Aos Conselheiros de Administração da Companhia Espírito-Santense de Saneamento (Cesan)

1) Apresentação

O Comitê de Auditoria Estatutário (CAU) da Companhia Espírito-Santense de Saneamento (Cesan) é um órgão previsto no Estatuto Social, conforme aprovação na Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas de 31/07/2017, instalado por decisão tomada na 884ª Reunião do Conselho de Administração de 26 de abril de 2018 (Deliberação 4426/2018), sendo composto por três membros externos que não compõem o Conselho de Administração.

O CAU é um órgão colegiado, permanente, consultivo e com autonomia operacional, auxiliar ao Conselho de Administração, ao qual se vincula. As funções e responsabilidades do Comitê são desempenhadas em cumprimento às previsões legais aplicáveis, disposições estatutárias e definições de seu Regimento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração.

Compete ao CAU, como órgão auxiliar do Conselho de Administração, ao qual se reportará diretamente, supervisionar a execução de atividades nas áreas de controle interno, de auditoria interna e de elaboração das demonstrações financeiras da companhia, bem como dos auditores independentes, opinando sobre sua contratação, além de avaliar e monitorar exposições de risco e a adequação das transações com partes relacionadas.

No exercício aqui relatado, a empresa responsável pelo exame e emissão do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras dos exercícios 2019 e 2020 é a Audimec Auditores Independentes SS – EPP, contratada conforme normas licitatórias próprias. As áreas de Controles Internos (Coordenadoria de Riscos e Conformidade – P-CRC) e de elaboração das demonstrações financeiras da compa-

COMPANHIA ESPÍRITO-SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

nhia (Gerência Financeira e Contábil – A-GFC) são subordinadas à diretoria da companhia, e a área de Auditoria Interna (Auditoria – C-AUD) é subordinada ao Conselho de Administração, supervisionada pelo CAU, conforme Manual Organizacional e demais normativos da Cesan.

As avaliações do Comitê se baseiam nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da Auditoria Interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de sua atuação de supervisão e monitoramento.

2) Atividades do Comitê de Auditoria Estatutário em 2019

O CAU reuniu-se pelo menos uma vez por mês, no exercício social de 2019, tendo havido, conforme registros internos, participação de membros diversos da Administração da companhia (diretores, gerentes, coordenadores, dentre outros), além de auditores internos e independentes, conforme convites realizados pelo CAU.

O Comitê, em seu segundo ano de atuação na companhia, desenvolveu um intenso processo de discussão dos negócios, inclusive com participação em reuniões de trabalho com unidades internas e partes interessadas, como Auditoria Interna e Agência de Regulação de Serviços Públicos do Estado do Espírito Santo (Arsp).

Nesse sentido, ao longo de 2019 o CAU realizou 18 reuniões próprias, contando, de acordo com os assuntos tratados, com participação de membros diversos da Administração da companhia.

Nessas reuniões foram abordados, em especial, assuntos relacionados com as demonstrações financeiras, processos contábeis, gestão de riscos e de controles internos.

Os membros do CAU também compareceram a 12 reuniões ordinárias do Conselho de Administração da companhia, a fim de tratamento dos itens componentes de suas atividades, com discussão de relatórios e comentários a respeito das demonstrações financeiras e dos controles internos.

As atas das reuniões do CAU foram distribuídas nas reuniões do Conselho de Administração, ocasião em que, de acordo com sugestões e demandas do Conselho, os membros do CAU relataram e enfatizaram aos conselheiros os assuntos mais relevantes e pertinentes, identificados nas atividades do CAU. Os extratos das atas, após avaliação do Conselho, são disponibilizados no site da Cesan.

As principais atividades realizadas foram:

- Acompanhamento do Plano Anual da Auditoria Interna, sua execução, relatórios emitidos, conhecimento dos pontos levantados e das recomendações, como também as providências tomadas pela administração da companhia, bem como do Plano de Ação para melhoria das atividades da auditoria interna;
- Discussão e avaliação dos trabalhos da auditoria independente para o exercício social de 2019, dos níveis de relevância e das áreas de risco por eles identificadas, bem como da sua satisfação na obtenção de evidências sobre as principais operações da companhia;
- Monitoramento das recomendações expedidas pelo CAU, bem como do tratamento das demandas levantadas pelos trabalhos de auditoria independente;
- Conhecimento e avaliação do planejamento dos trabalhos da auditoria interna para o exercício social de 2020;
- Acompanhamento do sistema de controles internos e das medidas aplicadas para gestão de riscos com base nas reuniões com os auditores internos, auditores independentes e membros da Administração da Cesan;
- Acompanhamento do processo de elaboração das demonstrações financeiras e informações trimestrais, mediante reuniões com os administradores da companhia, auditores internos e auditores independentes;
- Avaliação de proposta para desenvolvimento de diagnóstico de controles internos, a fim de desenvolver eventual escopo para contratação de consultoria para implementação de sistema de gerenciamento de riscos e melhoria dos procedimentos de auditoria interna;
- Avaliação das hipóteses atuariais e resultados atuariais dos Planos de Benefícios (fevereiro de 2019: exercício 2018; fevereiro de 2020: exercício 2019) e Assistenciais (julho 2019: período junho/2018 a maio/2019) mantidos pela Fundação Assistencial dos Empregados da Cesan (Faeces);
- Aprovação de propostas do Plano Anual de Trabalho do CAU para 2020;
- Avaliação, em fevereiro de 2020, da independência da Auditoria Interna.

3) Recomendações para melhorias nos processos de negócios

Nas discussões do CAU com o Conselho de Administração, bem como com as unidades internas de auditoria e contabilidade, foi ressaltada a necessidade de elaboração e/ou monitoramento de Planos de Ação para tratamento de itens recomendados pela auditoria independente ou mesmo pelo próprio comitê, conforme registros em atas das reuniões e encaminhamentos específicos.

A unidade de Auditoria Interna manteve intensa interação com o CAU, reportando periodicamente o andamento das atividades e o monitoramento dos assuntos afetos aos controles internos.

4) Avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos

Os membros do CAU mantiveram contato periódico com a Coordenadoria de Riscos e Conformidade, acompanhando o desenvolvimento dos procedimentos para controles internos, tendo avaliado o escopo de serviços de diagnóstico de controles internos, a fim de avaliação de estágio da Cesan com relação às ferramentas de auditoria interna, e gerenciamento de riscos e conformidade para permitir melhor definição de requisitos para constar em eventual contratação de consultoria para a implementação de processo de gerenciamento de riscos.

Durante o transcurso do ano foram observadas melhorias nos controles sobre aplicação do Código de Conduta e Integridade e monitoramento do canal de denúncias.

5) Avaliação da efetividade das auditorias independentes e interna

Nos diálogos dos membros do CAU com as auditorias interna e independente foram apreciados seus planejamentos de trabalho e conhecidos resultados, conclusões e recomendações, tendo sido acompanhados pelo CAU, conforme registros em atas e encaminhamentos específicos, as providências para melhorias ou correções necessárias, inclusive com monitoramento de Planos de Ação específicos e tratamento de recomendações expedidas pelo Comitê.

6) Avaliação da qualidade das demonstrações financeiras

As revisões das demonstrações contábeis dos trimestres encerrados em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro foram praticadas com os responsáveis por sua elaboração e com os auditores independentes, tendo havido discussões sobre as recomendações em cada período e definição de plano de ação para consolidação de entendimento ou tratamento de eventuais itens passíveis de melhoria.

O procedimento deverá ser adotado também para a demonstração anual para o ano findo em 31 de dezembro de 2019.

7) Conclusões

As análises e os opinamentos do CAU repousam nos dados e nas informações que lhe são apresentadas pela Administração da companhia (em especial as áreas Financeira e Contábil, Gestão de Riscos e Auditoria Interna) e da Auditoria Independente.

Com relação à Auditoria Independente, o CAU não identificou situação que pudesse afetar sua independência e objetividade em relação à Cesan, bem como não tem conhecimento, até o momento, de quaisquer divergências significativas entre a Administração, os Auditores Independentes e o próprio CAU.

Quanto à estrutura de controles internos e a gestão de riscos, o CAU considera que há planejamento satisfatório para a implementação dos mecanismos de gerenciamento de riscos, considerando o porte e a complexidade dos negócios da companhia.

Deve ser enfatizado, ainda, que deverá ser consolidada para o próximo exercício uma forma de dotar a Cesan de mecanismos modernos e suficientemente efetivos para atuação no mercado cada vez mais regulado, sugerindo atenção especial à eventual alocação de recursos na contratação, se necessário, de consultorias externas especializadas ou estruturação interna, voltadas, especialmente, à melhoria dos processos de medição e monitoramento, uma vez que os riscos corporativos já vem sendo identificados.

Com relação à Auditoria Interna, os resultados de sua atuação no transcurso de 2019, vinculados ao Plano de Auditoria e Plano de Ação de Melhorias, aprovados pelo CAU e pelo Conselho de Administração, não revelaram desvios ou falhas insanáveis nos procedimentos relacionados com a efetividade dos controles internos adotados pela companhia, havendo aderência das medidas adotadas e registradas pelas unidades às políticas e práticas estabelecidas pela Administração e ao atendimento de normas e regulamentos aplicáveis à atividade.

O CAU considera que todos os assuntos relevantes pertinentes à sua atuação, conforme Estatuto Social e Plano Anual de Trabalho, foram apropriadamente cobertos em suas diligências e discussões junto à Administração da companhia, o que lhe permite concluir que foram adequadamente divulgados nas demonstrações financeiras relativas aos trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2019.

Após a apreciação das demonstrações do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e, considerando o relatório do Comitê de Auditoria, emitido em 12 de dezembro de 2019, bem como o parecer emitido pelos auditores independentes, sem ressalvas, o CAU recomenda, por último, a aprovação das referidas demonstrações financeiras pelo Conselho de Administração da companhia.

Vitória, 4 de junho de 2020.

Leonardo de Resende Dutra
Pedro Ivo da Silva
Wilma Chequer Bou Habib